

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis.

SABER

Transparência e Acesso às Contas Públicas:

Mais um passo para a democracia que queremos

Perfil

Antoninho Marmo Trevisan

Praticando a teoria X Teorizando a prática

Cisão fusão e incorporação de
empresas, os efeitos do laudo de
avaliação

Especializando-se

Incorporação da Gestão do Capital
Intelectual em um Sistema de
Informação Contábil Gerencial



ABRACICON

ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Mala Direta Postal
Básica

9912303460/2012-DR/BSB
CFC

/// CORREIOS ///

PROCONTAB

PROGRAMAS DE ATUALIZAÇÃO
A DISTÂNCIA EM CONTABILIDADE

wega



CHANCELADO PELA:



CONTABILIDADE NBC CPC IFRS • CONTABILIDADE PÚBLICA • AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao lado da ABRACICON - Academia Brasileira de Ciências Contábeis, o Secad - Sistema de Educação Continuada a Distância apresenta o PROCONTAB, programas de atualização a distância para profissionais da Contabilidade. Com os programas, você tem acesso a conteúdos relevantes, teóricos e práticos, sempre atualizados, elaborados por profissionais experientes. Tudo para se aprofundar ainda mais no assunto e fazer a diferença no mercado.

- **ATUALIZADO**
Conteúdo atual baseado em casos práticos.
- **FLEXÍVEL**
Estude quando e onde quiser.
- **CREDIBILIDADE**
Conteúdos desenvolvidos por profissionais brasileiros renomados em suas áreas de atuação.
- **PRÁTICO**
Receba o material no endereço que indicar.
- **CERTIFICADOS**
Até 120 horas de atualização profissional. Outorgados pela ABRACICON.
- **PONTUAÇÃO**
Cada ciclo vale 30 pontos no Programa de Educação Profissional Continuada do CFC.

SECAD: MAIS DE 400.000 INSCRIÇÕES EM TODO O BRASIL.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
www.secad.com.br
info@secad.com.br
(51) 3025.2550

 **Secad**

artmed
panamericana
EDITORA

Editorial

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
 EDIÇÃO Nº 9 – AGOSTO/SETEMBRO/
 OUTUBRO
 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
 (ABRACICON)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
 andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453 | abracicon@cfc.org.br |
 abraciconsaber@cfc.org.br

**DIRETORIA DA ABRACICON
 Gestão 2014 a 2017**
Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

**CONSELHO FISCAL
 Gestão 2014 a 2017**
Membros Efetivos

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Doutora Gardênia Maria Braga de
 Carvalho

Conselho Editorial

Doutor José Antonio de França

Acadêmica Doutora Roberta Carvalho de
 Alencar

Acadêmico Doutor Acadêmico Vicente
 Pacheco

Acadêmico Walter Roosevelt Coutinho

Acadêmico José Eustáquio Geovannini

Colaboradores

Paulo Fernando Torres Veras

Adriana Guimarães

Sílvia Neves

Célia Schwindt

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica

Qualytá

Tiragem: 6.000 exemplares

Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
 desde que citada a fonte. Os conceitos
 emitidos em artigos assinados são de
 exclusiva responsabilidade de seus autores.

Edição nº 9

No Editorial da edição anterior (maio - junho - julho), comemorávamos o invejável prestígio político vivenciado pela Classe Contábil Brasileira. Já agora, constata-se a continuidade (que esperamos irreversível) dessa tendência. Os relevantes temas propostos pelo 'Projeto Quintas do Saber', no interesse maior da Sociedade, vêm atraindo expressivas autoridades republicanas para o nosso campo de debates.

No mês de agosto, o Ministro do STF Gilmar Mendes, em sua brilhante palestra, convidava a classe contábil para se envolver em questões tributárias, econômicas e contábeis em julgamento na Suprema Corte. Outra prova da importância conquistada pela Contabilidade nos dava o Ministro Dias Toffoli, Presidente do TSE, ao acolher, gentilmente, em seu Gabinete a comitiva portadora do 'manual de prestação de contas eleitorais', elaborado pelo CFC e OAB, com apoio da ABRACICON e FBC.

Nesta Edição da ABRACICON SABER o leitor encontrará, ainda, outras matérias que, igualmente, indicam o esforço coletivo empreendido, com determinação e boa vontade, para construir o futuro da nossa Profissão. Essa construção passa pela conquista e ocupação permanente de 'espaço político' no cenário dos Três Poderes da República: pelo prestígio e respeito junto à Sociedade Brasileira; seguidos da necessária projeção da Contabilidade que praticamos, nos fóruns internacionais e no concerto das Nações desenvolvidas.

É função da nossa Revista inovar, de preferência, cativando o leitor. O presente Número contém excelentes e instigantes matérias. Transcendendo o campo do 'saber contábil' – importantíssimo, mas, em si, não suficiente! –, o Profissional deve ler sempre mais os Cientistas e Pensadores, muitos deles bem ao nosso alcance, e ávidos por novos leitores.



Maria Clara Cavalcante Bugarim
 Presidente da ABRACICON

Além do domínio das técnicas e práticas da Contabilidade; do adequado entendimento das questões pertinentes à sua Classe; ainda se faz imprescindível abrir outras portas ao conhecimento. A partir do interesse nas questões da sua comunidade e no exercício da cidadania, ir buscar uma visão de mundo mais larga. Enfim, crescer em cultura geral. Esses são importantes ingredientes para a valorização do profissional contábil moderno. Dai a importância de publicarmos matérias como 'Transparência e Acesso às Contas Públicas: mais um passo para a democracia que queremos', assinado pelos Doutores Maria Valesca e Joséilton Rocha; e artigos como 'Produção de Alimentos e a Fome no Mundo', da pródica lavra do nosso Acadêmico, Professor Gaitano Antonaccio. Estas e muitas outras interessantes matérias – de páginas abertas – aguardam a sua prestigiosa atenção.

Matéria de Capa

24

Transparência e Acesso às Contas Públicas: Mais um passo para a democracia que queremos

Regionais



05 | ACCRGS firmou termo de cooperação técnica com o CRCRS no lançamento da XV CCRS



Academia

08 | Maria Clara Bugarim participa da IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco

Jovem Profissional



12 | Quintas do Saber realiza debates sobre assuntos da atualidade com a Classe Contábil

Jovem Profissional



14 | Perito Contábil Judicial: importância da função profissional



Boas Práticas de Ensino

20 | Instituto Doctum de Educação e Tecnologia / Faculdades Unificadas Doctum Teófilo Otoni

Perfil



45 | Antoninho Marmo Trevisan

Exclusiva Abracicon

31

A produção de alimentos e a fome no mundo



Indicações



46 | Livros

Nova diretoria da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis toma posse

A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (Apecicon) empossou, na manhã de quinta-feira (11/09), a sua nova diretoria. Para a gestão 2014 a 2016, a entidade terá como presidente o acadêmico professor Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho.

O evento, que aconteceu no Auditório Garanhuns, do Centro de Convenções de Olinda, teve sua mesa composta pelo presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, pelo presidente do

CRC Pernambuco Geraldo Batista, e pela presidente da Academia Norte-Riograndense de Contabilidade, Jucileide Leitão, que na ocasião foi a palestrante do evento.

“Assumir a presidência da Apecicon muito nos honra e, certamente, iremos fazer de tudo para que ela, como entidade contábil, alcance os melhores desempenhos”, declarou o professor Francisco Galvão.



Da esq. para dir. o presidente do CRCPE, Geraldo de Paula Batista Filho, o ex-presidente da APECICON, Geraldo Queirós, o atual presidente da APECICON, Francisco Galvão, a presidente da Academia Norte-Riograndense de Contabilidade, Jucileide Leitão, e o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho.

ACCRGS firmou termo de cooperação técnica com o CRCRS no lançamento da XV CCRS



Da esq. para dir. Zulmir Breda (Acadêmico da Abracicon), Eloi Dalla Vecchia (Presidente da Academia), Antônio Carlos Palácios (Presidente do CRCRS)



Acadêmicos da ACCRGS em ato solene

A Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul (ACCRGS) firmou termo de cooperação técnica com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), assumindo a responsabilidade da realização da XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CCRS), que será organizada pelo CRCRS, com o apoio do CFC, e demais entidades da classe contábil do Estado.

O evento está previsto para ser realizado de 26 a 28 de agosto de 2015, na Cidade de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, com o tema: “Contabilidade: o poder da informação em suas mãos”.

O lançamento da XV CCRS, que é o maior da classe, ocorreu na noite do dia 28 de agosto de 2014, com a presença

do Presidente do CRCRS, o contador Antônio Carlos de Castro Palácios e toda a equipe; como o presidente da ACCRGS, contador Eloi Dalla Vecchia e dos acadêmicos Zulmir Breda e Sergio Rossetto; do deputado estadual Adilson Troca, representando a Presidência da Assembléia Legislativa; do diretor de Operações da Fundação Brasileira de Contabilidade, Luiz Mateus Grimm; além de presidentes das entidades representativas da classe contábil do Rio Grande do Sul; dos delegados regionais do CRCRS e de grande número de profissionais da contabilidade, que também prestigiaram o lançamento. Após a solenidade, foi realizado um jantar de confraternização.

Acadêmico da Abracicon Raimundo Neto de Carvalho assume a Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí



No dia 4 de setembro, o acadêmico da Abracicon Raimundo Neto de Carvalho assumiu o cargo de secretário Estadual da Fazenda do Estado do Piauí.

Carvalho presidiu o Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí; presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí e vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade. Exerceu o cargo de Conselheiro Federal, além de atuar como palestrante, nas áreas contábil, tributária e ambiental em eventos estaduais, nacionais e internacionais.

Raimundo Neto de Carvalho também é professor efetivo da Universidade Federal do Piauí, onde está lotado no Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas. É ainda mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI), bacharel em Ciências Contábeis e Direito, com especializações "latu sensu" em Auditoria Contábil e Direito Fiscal e Tributário.

O auditor fiscal da Fazenda Estadual do Piauí é membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Cadeira nº 11) e da Academia de Letras do Médio Parnaíba-ALMP (cadeira nº 10). Exerceu os cargos de superintendente de Gestão da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí, foi diretor Regional e diretor do Departamento de Arrecadação e Tributação da SEFAZ-PI e representante do Piauí, na Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE / CONFAZ.

No campo literário, é autor de três livros técnicos na área contábil/tributária. E ainda é detentor da Medalha e Colar do Mérito Judiciário, homenageado pelo Tribunal de Justiça do Piauí (2004), e da Medalha do Mérito Renascença, no grau de Comendador, concedida pelo Governo do Estado do Piauí (2011).

Academia do Paraná: 37 anos dedicados ao aprimoramento da profissão contábil

A ACCPR está prestes a completar 37 anos de profícua existência e para continuar as suas atividades dentro de um novo contexto, originado pelas transformações pelas quais passa a nossa sociedade, delegou a Acadêmica Nilva Amália Pasetto (foto) a missão de coordenar uma comissão para a reforma de seu estatuto. Está em tramitação e, segundo o presidente, Acadêmico Luiz Carlos de Souza, antes do final de 2014 "teremos um novo estatuto aprovado e que permitirá a ACCPR continuar a sua caminhada contribuindo cada vez mais para o engrandecimento da classe contábil paranaense".



Presidente da Abracicon participa de reunião com o ministro Dias Toffoli

No dia 13 de agosto, a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Bugarim, foi recebida pelo ministro Dias Toffoli, em seu gabinete. Maria Clara entregou ao presidente do TSE um exemplar do manual de prestação de contas eleitorais, elaborado pela Abracicon e pelo CFC, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, e intitulado Eleições 2014: Partidas Dobradas, Contabilidade Necessária.

A presidente da Abracicon também falou sobre os seminários regionais de prestação de contas eleitorais, que foram realizados pelos CRCs, em todas as unidades da Federação, com o objetivo de capacitar os contabilistas de todo o País para a elaboração de prestações de contas que atendam ao previsto na legislação e



Da esq. para dir. Ministro Henrique Neves, Ministro Dias Toffoli, Maria Clara Bugarim (presidente da Abracicon), Nelson Machado (Acadêmico da Abracicon), Zulmir Ivânio Breda (vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC), Carlos Adamek (secretário-geral da Presidência do Tribunal).

Fotos por Samuel de Almeida.

contribuam para a transparência do processo eleitoral. "Trata-se de um compromisso com a fiscalização preventiva, que orienta e instrumentaliza a prestação de serviço do profissional da contabilidade nestas eleições e nas próximas. Esse é o nosso aporte para o Estado e para a sociedade", afirmou Maria Clara Bugarim.

No encontro, também estiveram presentes,

o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda; o ex-ministro da Previdência Social e ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado; o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Henrique Neves e o secretário-geral da Presidência do Tribunal, Carlos Adamek.

Ministro Gilmar Mendes convoca a Classe Contábil, em evento da Abracicon, para participação mais ativa no STF

Durante o projeto Quintas do Saber, realizado no dia 21 de agosto, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), convidou a classe contábil para se envolver em questões tributárias, econômicas e contábeis que estão em julgamento no Supremo Tribunal. O convite foi feito durante a palestra realizada pelo ministro, como parte da programação do Quintas do Saber, projeto promovido pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) em

parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), em Brasília.

O ministro defendeu que o sistema judiciário precisa reduzir a quantidade de processos, que dos 500 com repercussão geral, pelo menos 155 deles tratam de questões tributárias. "À medida que continuarmos com essa quantidade não podemos convocar audiências públicas, por exemplo, o que é previsto por lei. Somos muito severos. Acabamos tangidos por uma meta que é julgar.

Hoje, felizmente, nós podemos ter

julgamentos mais informados. Isso precisa que seja, de alguma forma, socializado, que se crie a cultura de participação, como uma espécie de amigo do Supremo. Antes de mais nada é preciso entender todo aquele emaranhado", afirmou Gilmar Mendes.

Para o acadêmico Abracicon, Antoninho Marmo Trevisan, que mediu a palestra, o convite por parte do ministro reflete a importância do profissional da contabilidade para a sociedade. Para a presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim, que esteve presente no evento, o papel do contador será sempre o de fiscalizar e, portanto, de proteger a sociedade. "Daí a importância de estarmos inseridos também em questões necessárias para o País julgadas pela mais alta corte", disse.



Da esq. para dir. a presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim, o acadêmico da Abracicon, Antoninho Marmo Trevisan, e o Ministro do STF, Gilmar Mendes.

Fotos por Samuel de Almeida.

Maria Clara participa da IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco

A presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, marcou presença no dia 10 de setembro, na IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco, que apresentou neste ano com o tema “Convergência Contábil: Inovação, Oportunidades e Desafios”.

Por meio de diversas atividades da Convenção, os participantes puderam ampliar a visão teórica e prática sobre o assunto.

Na abertura do evento, Maria Clara destacou a importância da Academia apoiar o evento que visa o desenvolvimento profissional através de palestras e debates relevantes para a Classe Contábil.

O 12º Encontro Nordestino de Contabilidade (ENECON) será realizado no período de 16 a 18 de setembro de 2015, no Centro de Convenções de Pernambuco. Agende-se para o evento mais importante de contabilidade do Nordeste.



VIII Congresso ANPCONT – Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis

A 8ª edição do Congresso Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis, promovido anualmente pela ANPCONT, foi realizado no período de 17 a 20 de agosto de 2014, no Hotel Novo - Rio de Janeiro.

O evento reuniu a comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, representando meio de divulgação da produção técnico-científica na área de Ciências Contábeis. Diversos temas foram abordados no encontro, como Controladoria e Contabilidade Gerencial; Contabilidade para usuários Externos; Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais; Educação e Pesquisa em Contabilidade.

O acadêmico Valcemiro Bessa, diretor científico da ANPCONT, participou da programação moderando o painel sobre Perspectivas CNPq, com Ilse Maria Beuren, que integra o Comitê Assessor da Área de Administração e Economia do CNPq.

Os 98 trabalhos apresentados no encontro foram publicados nos Anais do Evento e estão disponíveis para download na home page do congresso:

www.furb.br/congressoanpcont.

O IX Congresso ANPCONT será realizado em Curitiba-PR, no período de 31 de maio a 3 de junho de 2015.



XXXVIII Encontro da ANPAD – EnANPAD 2014 têm participação da presidente da Abracicon

Entre os dias 13 e 17 de setembro, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) sediou o XXXVIII Encontro da ANPAD que aconteceu em 11 (onze) Divisões Acadêmicas, as quais agregam os Temas de Interesse associados, para submissão dos trabalhos.

Maria Clara proferiu palestra sobre o Ensino Contábil Brasileiro e os Desafios do Exercício Profissional.

O(s) trabalho(s) premiado(s), caso a opção escolhida fosse de publicação na íntegra, teriam direito a fast track nos periódicos da ANPAD (RAC, BAR ou TAC).



Auditório do XXXVIII Encontro da ANPAD

Academia Apoia

Jovens Lideranças Contábeis em Ação

A Comissão Jovens Lideranças Contábeis Nacional liderada pelo contador e conselheiro efetivo do CFC, Joaquim Bezerra, tem como objetivo promover a integração dos jovens líderes da profissão contábil, desde a acadêmica ao seu ingresso no mercado de trabalho, desenvolvendo o empreendedorismo, ações de conscientização e incentivo a uma maior participação de todos no cenário da profissão contábil do País. Com o objetivo de cumprir com a sua missão, a comissão apoia os encontros de estudantes e jovens profissionais a nível Brasil, e marcou presença nos eventos abaixo.

II Reunião Comissão Jovens Lideranças Contábeis CFC - São Luiz Do Maranhão

No dia 14 de agosto, na UFMA, paralelo ao XXVIII Encontro Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis - ENECIC, aconteceu a segunda reunião da Comissão Jovens Lideranças Contábeis, em 2014, para alinhamento de suas atividades e metas, bem como o levantamento das atividades já



Prof. Luis Antonio Costa

desenvolvidas desde a última reunião, ocorrida em junho/2014.

O XXVIII ENECIC, contou com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão Jovens Lideranças Contábeis, e esta última aproveitou a oportunidade para se fazer presente no evento, constatando que os acadêmicos de Ciências Contábeis estavam de fato envolvidos, acompanhando ainda as palestras ocorridas.

Participação no II Conselho dos Estudantes de Ciências Contábeis (COECIC)

Nos dias 23 e 24 de agosto, aconteceu o II Conselho dos Estudantes de Ciências Contábeis (COECIC), no auditório CSE –

UFSC, promovido pela Executiva Estadual dos Estudantes de Ciências Contábeis de Santa Catarina (EXEECIC-SC), com apoio da Comissão Jovens Lideranças Contábeis CRCSC. Prestigiando o evento a Priscila Camila Gheno Propp, representante da região sul compôs a mesa de autoridades, na abertura do evento, aproveitando a oportunidade para apresentar o projeto da Comissão Jovens Lideranças Contábeis ali presentes.

O evento contou com ilustres palestrantes, entre eles Adilson Cordeiro, presidente do CRCSC, falando sobre as novidades da contabilidade, uma palestra descontraída que trouxe a realidade do mercado aos estudantes e mostrando os



Da esq. para dir. Rafael Oliveira, Debora Volpato, Ederaldo, Mira Rezende, Patrícia Castro, Luiz Carlos Teixeira, Vania Leal e Ernani Plumer.

vários caminhos que o jovem contabilista pode percorrer em busca do crescimento profissional. Claudio Petronilho, diretor do CRCSC, falou sobre a importância do Exame de Suficiência. A Comissão Jovens Lideranças Contábeis sorteou alguns livros doados para os participantes do evento.

Os estudantes usaram a criatividade e fizeram uma mesa redonda à distância, com a participação de diversos líderes do MECIC, contando com o depoimento de Tainar Ferreira e Patrícia Castro, integrantes da Comissão Jovens Lideranças Contábeis Nacional.

Os palestrantes destacaram a importância do Exame de Suficiência para o jovem contabilista, fazendo com que os estudantes saíssem com um bom aproveitamento para a realização do exame.

Alinhamento da Comissão Jovens Lideranças Contábeis CRCMT

No dia 26 de agosto, reuniram-se no Plenário Geraldo Malvezzi, no CRCMT, os seguintes integrantes da Comissão Jovens Lideranças Contábeis MT: Patrícia P. Castro (CFC), Debora Volpato, Ederaldo Lima (Coordenador CJOVEM/MT), Ernani Plumer; Vania Leal; e Rafael Oliveira. Primeiramente a presidente da reunião informou o início e previsão de término



da reunião prévia. O objetivo da reunião era garantir que todos os membros da Comissão Jovens Lideranças Contábeis estivessem alinhados. Sendo assim, fez uma breve explanação acerca do objetivo da Comissão, bem como, suas metas.

Na ocasião, a CJOVEM fez um breve relato sobre suas expectativas e ações, incluindo o evento "Liderança e Criatividade", cujo objetivo era fomentar a liderança entre os jovens inscritos, bem como arrecadar brinquedos para doação. No encerramento da reunião, compareceu o Luiz Carlos Teixeira e a Mira Rezende, conselheiros do CRCMT.

Palestra Jovens Lideranças – Desenvolvendo Talentos e Potencialidades

A comissão promoveu um evento, no dia 26 de agosto, para os estudantes e profissionais da área. O objetivo foi

apresentar o projeto nacional e promover a integração entre os presentes e aproximação ao sistema CFC/CRC 's.

No auditório do CRCMT, Silvia Cavalcante, presidente do CRCMT, realizou a abertura do evento, dando boas-vindas a todos os presentes. Vânia Leal e o Rafael Oliveira, membros da Comissão Jovens Lideranças Contábeis CRCMT, apresentaram os projetos da Comissão e do Encontro Mato-grossense dos Estudantes de Ciências Contábeis (EMECIC).

Patrícia Castro, representante da Região Norte e Centro Oeste, palestrou sobre Jovens Lideranças Contábeis e apresentou o projeto nacional, chamando a atenção dos participantes para a importância da formação de líderes na profissão.

Na sequência, João Dornelles falou sobre "Coaching Alavancando Carreiras", usando como base a primeira palestra e mostrou diversas ferramentas para os presentes alcançarem o sucesso em suas carreiras.

Da esq. para dir.
Ernani Plumer, Debora
Volpato, Ederaldo Lima,
Patrícia Castro e Rafael
Oliveira



Quintas do Saber realiza debates sobre assuntos da atualidade com a Classe Contábil

Por Michelle Telino – CQPress Assessoria em Comunicação

Um projeto desenvolvido com a finalidade de debater com a participação da classe contábil, além de autoridades técnicas e políticas, assuntos de relevante impacto para o desenvolvimento econômico do país. O Quintas do Saber é uma iniciativa da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). Até agora, já foram realizadas 7 edições do projeto, sendo as duas últimas nos dias 21 de agosto e 18 de setembro, no auditório do CFC, em Brasília (DF).

A temática “Questões Econômicas, Tributárias e Contábeis no Âmbito do Supremo Tribunal Federal”, foi debatida no dia 21 de agosto, na 6ª edição do projeto, que contou com a participação do Ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF), Gilmar Mendes e do acadêmico da Abracicon, Antoninho Marmo Trevisan (presidente da Trevisan Escola de Negócios).

A 7ª edição foi realizada no dia 18 de setembro, no mesmo local, com o tema “A Redução da Litigiosidade entre o Fisco e Contribuinte e a Lei sobre Transações”, apresentado pelo Dr. Luís Inácio Lucena Adams, ministro da Advocacia Geral da União, e teve como debatedora Fátima Cartaxo (diretora da Escola de Direito de Brasília). O acadêmico da Abracicon, Nelson Machado (professor da Escola de



Economia de São Paulo e ex-ministro da Previdência Social do Brasil) coordenou os trabalhos.



Da esq. para dir. Maria Clara Bugarim (Presidente da Abracicon) e Gilmar Mendes (Presidente do STF)



Da esq. para dir. Martonio Coelho (Presidente do CFC) e Gilmar Mendes (Presidente do STF)



Da esq. para dir. Antoninho Marmo Trevisan (Acadêmico da Abracicon), Juarez Domingues Carneiro (Ex-presidente do CFC), Maria Clara Bugarim (Presidente da Abracicon), Gilmar Mendes (Presidente do STF) e Martonio Coelho (Presidente do CFC)

Fotos por Samuel de Almeida.



Sobre os debates

A 6ª edição do projeto foi desenvolvida para debater sobre questões econômicas, tributárias e contábeis, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). Para isso, o ministro do STF, Gilmar Mendes, foi convidado para discutir sobre o tema que envolve contabilidade e justiça. “Precisamos de uma assessoria que vá além da formal do Tribunal, que existam mais participantes no assunto. Hoje a lei permite que nós convoquemos para alguns julgamentos como audiências públicas no processo de controle abstrato, como também em outros processos com repercussão geral” lembrou o ministro.

Durante o evento, o acadêmico da Abracicon, Antoninho Marmo Trevisan, lembrou o conceito de faturamento debatido no Quintas do Saber, realizado no mês de julho, “que a Academia e o CFC analisam as leis contábeis sem alterá-las. Quanto mais a contabilidade é aplicada sobre a justiça, mais a democracia se consolida” destacou Trevisan.

A presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, esclareceu alguns pontos sobre a contabilidade e o STF e falou: “A classe contábil brasileira, hoje, é um grande exército de 500 mil profissionais que quer contribuir com a Justiça”.

A Abracicon apresentou a 7ª edição do Quintas do Saber, com o tema “A Redução da Litigiosidade entre o Fisco e Contribuinte e a Lei sobre Transações”. Foram convidados para a solenidade a presidente do CRCPR, a contadora Lucélia Lecheta, o presidente do CRCAL, o contador Carlos Roberto Ribeiro Sampaio, o presidente do CRCMS, o contador Rubelei Bulgarelli, o vice-presidente de Registo do CRCES, o contador Haroldo Santos Filho, que representou o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Espírito

“Precisamos de uma assessoria que vá além da formal do Tribunal, que existam mais participantes no assunto”

**Gilmar Mendes,
Ministro do STF.**

Santo (CRCES), o contador Carlos Barcellos Damasceno; o conselheiro do CRCSP, Joaquim Carlos de Carvalho, o presidente do CRCSP, o contador Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, e o presidente do CFC, Martonio Alves Coelho.

Maria Clara destacou a importância de representantes de órgãos contábeis do país no projeto que “Hoje a nossa academia se faz presente com iniciativas como essa (o Projeto Quintas do Saber), além deste, o nosso maior ativo são os nossos acadêmicos.”

Nelson Machado, padrinho do projeto e acadêmico da Abracicon, falou sobre o Fisco e o contribuinte, sobre a complexidade da legislação, no nível de exigências obrigatórias que acabam travando processos e impactam em bilhões. “Nós precisamos achar caminhos para sair disso”.

O advogado geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, deu continuidade ao tema falando sobre o grande problema identificado por ele como uma explosão de litigiosidade, que o estado tramita mais de 90 milhões de processos. “Essa



realidade se expressa no âmbito da administração tributária. Nós temos um orçamento projetado para 2015 de 2,48 trilhões de reais, a Dívida Ativa Federal é de 1,12. Ou seja, 50% do orçamento federal do ano que vem é o equivalente a Dívida Ativa hoje de cobrança. Essa realidade de volume se traduz na incapacidade de construção de regras que sejam estabilizadoras”.

Sobre a iniciativa

Desde que foi criado, em fevereiro deste ano, o Projeto já debateu assuntos importantes como as normas internacionais de contabilidade e o Novo Modelo Tributário do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; os 50 anos da vigência da Lei Federal n.º 4.320/64, conhecida como Lei Geral de Orçamentos Públicos; a Redução da Litigiosidade entre Fisco e Contribuinte e a Lei sobre Transações, entre outros assuntos.

Perito Contábil Judicial: importância da função profissional

O perito contábil judicial é o profissional, com formação superior e devidamente inscrito no órgão de classe competente (CRC), nomeado pelo juiz no processo em que é necessário o esclarecimento de dúvidas de caráter técnico-científico da área contábil. Existe uma enorme variedade de assuntos técnicos tratados em processos judiciais, geradores de perícias contábeis, como: questões financeiras, tributárias, previdenciárias, avaliações patrimoniais e cálculos trabalhistas. Esses são somente alguns exemplos, lembrando que qualquer aspecto controverso envolvendo contabilidade ou finanças pode indicar a necessidade da realização de uma perícia contábil.

Os profissionais atuantes, ou que pretendem trabalhar com perícia contábil, precisam conhecer, além do que está definido na legislação sobre sua função processo judicial e ainda das matérias de sua formação, os procedimentos de trabalho em perícia. O perito precisa ter consciência de que seu trabalho deve ser concluído no prazo estabelecido pelo juiz, construindo adequadamente o laudo para as

necessidades da justiça, tendo ainda conhecimento de suas responsabilidades e até das penalidades que pode sofrer por apresentar um trabalho incorreto.

Todo o procedimento de trabalho pericial possui o seu ritual, com detalhes que merecem ser observados pelos profissionais dedicados ao seu desenvolvimento. Assim, realizar uma perícia contábil é trazer ao processo o conhecimento em contabilidade, através de um trabalho técnico, completo e devidamente fundamentado, que efetivamente auxilie o juiz na compreensão das dúvidas técnicas existentes.

O importante campo de atuação da perícia

contábil judicial precisa ser ocupado por profissionais comprometidos com a apresentação de trabalhos técnicos de qualidade, sendo imprescindível a busca constante de conhecimento, especialização e atualização pelos peritos. O juiz somente poderá formar sua convicção baseado em trabalhos periciais adequadamente desenvolvidos. Portanto, os peritos, além de conhecerem muito sobre determinado assunto, devem relatar suas análises técnicas de forma clara e didática.

Por: Paulo Cordeiro de Mello – Contador, economista, perito judicial, professor universitário, autor do livro Perícia Contábil (Editora SENAC São Paulo).



Paulo Cordeiro de Mello - Contador, economista, perito judicial, professor universitário, autor do livro Perícia Contábil (Editora SENAC São Paulo).



Qualidade nos cursos de ciências contábeis

Entrevista com a aluna, Ana Flávia Pascoal, do 7º Período do Curso de Ciências Contábeis – (UNDB) em São Luís do Maranhão.

1) QUE ASPECTOS DEVEM SER CONSIDERADOS PARA QUE HAJA QUALIDADE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS?

Penso que, para que haja maior qualidade no Curso de Ciências Contábeis, todos os aspectos são importantes.

A base prévia, oriunda do Ensino Fundamental e Médio, torna-se fundamental nos períodos iniciais, uma vez que o aluno necessita de ensinamentos básicos do ensino médio, de disciplinas como matemática, português, sociologia, filosofia, entre outras. A estrutura ofertada ao aluno pela IES tem a capacidade de auxiliar no aprendizado, tornando o processo ensino-aprendizagem significativo desde os primeiros passos no curso. Laboratórios, atividades práticas, estágios etc. direcionados às práxis contábeis, dotados de sistemas e escritórios-escola, possibilitam a aquisição do conhecimento profissional do aluno e a necessidade de buscar conhecimento peculiar à vida acadêmica.

2) QUAIS SÃO AS EXIGÊNCIAS E TENDÊNCIAS DO MERCADO NA ÁREA CONTÁBIL?

O mercado profissional, em todas as áreas, tem demandado de seus profissionais cada vez mais busca por conhecimento. A área contábil tem sofrido, nos últimos anos, mudanças significativas relacionadas ao avanço tecnológico – como, por exemplo, o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e a adequação às Normas Internacionais – que exigem

do profissional estudo para se manter atualizado. Além disso, é preciso atuar com ética, atendendo às necessidades de seus clientes e respeitando os colegas profissionais. É preciso buscar se diferenciar no mercado, utilizando seus conhecimentos e oferecendo soluções inovadoras a fim de distinguir um profissional do outro. O mercado exige que o contador seja não só um escriturador/ “darfeiro”, mas sim um consultor de negócios para seus clientes. A contabilidade é o coração das empresas.

3) A AVALIAÇÃO DO ENSINO INCLUI O RECONHECIMENTO, REDEDENCIAMENTO DE CURSOS E O ENADE. ESSE PROCESSO CONTRIBUI PARA A QUALIDADE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS?

Ao MEC, cabe a responsabilidade pelo credenciamento e reconhecimento dos cursos, essa ação de avaliação envolve vários aspectos, que primam pela qualidade do ensino. O ENADE é uma ferramenta válida para avaliação dos cursos de ensino superior, no entanto, poderia ser ampliada no sentido de avaliar mais proximamente os alunos. Muitas vezes, nas provas tradicionais, os alunos ficam nervosos e não conseguem expressar seu real nível de conhecimento. Além disso, não é segredo que alunos de algumas IES “sabotam” a referida prova com o intuito de prejudicar sua própria instituição. Para mim, isso é uma atitude equivocada, já que a graduação do aluno estará vinculada à Instituição. Na minha IES, a UNDB, a partir do quinto período, são aplicados simulados no nível do ENADE e do exame de suficiência do CFC, buscando identificar deficiências no conteúdo ou surpresas no estilo de questões no dia da prova. Acho uma ideia muito válida, uma vez que capacita os alunos para essas provas e para demais concursos.

4) DETERMINAÇÃO E INTERESSE DOS ALUNOS SÃO CARACTERÍSTICAS IMPRESCINDÍVEIS PARA O

SUCESSO DO ACADÊMICO. COMO A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CONTRIBUI PARA QUE OS ALUNOS, EFETIVAMENTE, DESENVOLVAM ESSAS CARACTERÍSTICAS?

Os alunos precisam e devem ser motivados a desenvolver competências e habilidades específicas da sua área de formação. O acadêmico passa por um sentimento constante de investigação e busca por soluções de problemas. O papel dos professores para desenvolver o interesse e a determinação é fundamental. Assim como as crianças espelham-se nas atitudes dos pais, os alunos, da mesma forma, espelham-se nas atitudes dos professores. A qualidade e o nível do curso de uma IES dependem fundamentalmente da integração e estreitamento da relação professor-aluno; muito mais do que com a própria Instituição (direção) e as políticas que ela desenvolve.

Dessa forma, observa-se que a cada dia as organizações necessitam de profissionais com qualificação adequada. Esse fato depende de vários fatores, os quais envolvem: o interesse do futuro profissional, o envolvimento do corpo docente, a estrutura e as metodologias das Instituições de Ensino, os Órgãos Reguladores e Fiscalizadores. Quando avaliamos a qualidade dos cursos, sob a perspectiva dos resultados do ENADE e do Exame de Suficiência, observamos que ainda há carência, portanto, há também necessidade de melhorias.



Ana Flávia Pascoal - (Aluna do 7º Período do Curso de Ciências Contábeis – UNDB – São Luís-MA)

Venha viver o conhecimento na dinâmica das questões atuais!

Informações e inscrições:
www.abracicon.org

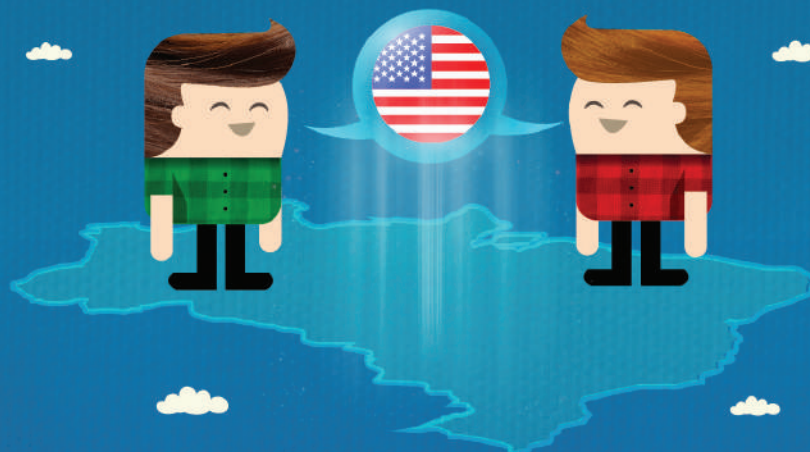


QUINTAS DO
SABER
A B R A C I C O N



Conexão Brasil-América

Unimos fronteiras para o seu aprendizado



AGENDE-SE

Não perca esta oportunidade e dê um upgrade no seu idioma.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: www.abracicon.org





ABRACICON

única mantenedora
da revista REPEC



Incorporação da Gestão do Capital Intelectual em um Sistema de Informação Contábil Gerencial

Com o reconhecimento do Capital Intelectual como fonte de vantagem competitiva e elemento de diferenciação para as organizações, tem-se a necessidade de aplicação de novas estratégias de gestão que contemplem esse recurso. Diante dessa necessidade e considerando a contabilidade um importante Sistema de Informação das organizações, foi desenvolvida uma pesquisa com o objetivo de investigar as contribuições do Sistema de Informação Contábil Gerencial (SICG) na gestão do Capital Intelectual em uma organização, resultando no trabalho de dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFPR, orientado pela professora Dra. Maria do Carmo Duarte Freitas.

O estudo foi realizado em uma indústria de bens de consumo de grande porte, localizada no planalto norte de Santa Catarina. A empresa, no mercado há mais de 85 anos, possui um expressivo número de Ativos Intangíveis que foram ganhando representatividade ao longo da sua existência, bem como possui valores elevados de Ativos Tangíveis, evidenciados em seus demonstrativos contábeis.

Por meio de múltiplas fontes de evidências – análise documental, questionários, entrevistas e pesquisa bibliográfica – foi possível mapear o conjunto de variáveis que compõem o Capital Intelectual da organização, bem como identificar práticas de gestão do mesmo. Adicionalmente, foi analisado o funcionamento do Sistema de Informação Contábil da organização, onde foi identificado um sistema com foco gerencial ou de controladoria. Com os resultados encontrados, constatou-se que o SICG tem capacidade de se adaptar para receber indicadores ou variáveis que possibilitam o gerenciamento do Capital Intelectual.

Também foi identificada que a incorporação de variáveis do Capital Intelectual no SICG pode ser facilitada com a

adoção do método proposto por López-Ruiz e Nevado-Peña (2013), que utiliza tanto indicadores econômico-financeiros tradicionais como indicadores do Capital Intelectual. Além disso, a incorporação possibilitaria uma visão única dessas variáveis pelos gestores de todas as áreas. O estudo abre portas para novas oportunidades de pesquisa relacionadas à contribuição da contabilidade para a gestão do Capital Intelectual.

Por Regiane Piontkewicz - Mestre em Engenharia de Produção pela UFPR, especialista em Gestão Contábil-Financeira, graduada em Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. É professora colaboradora da UDESC/CEPLAN.



Regiane Piontkewicz - Mestre em Engenharia de Produção pela UFPR, especialista em Gestão Contábil-Financeira, graduada em Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. É professora colaboradora da UDESC/CEPLAN.



Cisão fusão e incorporação de empresas, os efeitos do laudo de avaliação

A cisão, fusão e incorporação de empresas são formas de reorganização societária com a finalidade principal de desconcentração ou concentração de capitais e poder. Pode se dar na unicidade (incorporação e fusão) ou na pluralidade (cisão). São formas de extinção de sociedade sem a sua dissolução. Nestes fenômenos sempre existe a sucessão de direitos e obrigações, o que desobriga a liquidação da sociedade e, conseqüentemente, a sua dissolução.

A legislação brasileira ao regulamentar a matéria impõe diversas condições para registro dos contratos, dentre elas a apresentação de Laudo de Avaliação, assinado por empresa especializada ou por três profissionais registrados no CRC.

Para evitar superavaliações em prejuízo de sócios minoritários, fraudes contra credores e dar juridicidade ao documento, o

avaliador deverá certificar que os componentes patrimoniais podem ser individualizados, qualificados, quantificados e ter a propriedade jurídica passível de ser transferida de um proprietário a outro ou informar os impedimentos e restrições, se houver.

Constata-se algumas vezes que o profissional que elabora o laudo não observa os fundamentos técnicos aqui expostos e elabora laudo em que uma empresa fica com bens e direitos e a outra, exclusivamente, com reservas. Recentemente um profissional argumentou que reserva é conta patrimonial e como tal, passível de ser transferida de uma entidade para outra sem contrapartida de ativos.

O fato demonstra desconhecimento de um princípio basilar: "A natureza patrimonial aziendal é utilitária. Todo meio patrimonial se constitui com a intenção de suprir necessidades, através da utilização ou função dos meios ou coisas que o constituem." Lopes de Sá, in Teoria da Contabilidade, Editora Atlas, São Paulo, 2002,

pág. 163. Questionado, o profissional não respondeu qual a necessidade pode ser suprida exclusivamente com uma reserva e já que a reserva seria creditada, qual a conta deveria ser debitada para que outro princípio basilar pudesse ser cumprido: "a cada débito deve corresponder um crédito de igual valor".

Esta é uma reflexão sobre decisões, onde o profissional não refletiu com mais acuidade sobre os efeitos provocados por uma solução, que levou em conta apenas aspectos práticos (fazer a cisão) sem considerar os fundamentos teóricos da Ciência da Contabilidade e os efeitos sobre a entidade.



Walter Roosevelt Coutinho -
Mestre em Contabilidade e Membro da Academia Brasileira e Mineira de Ciências Contábeis.

Instituto Doctum de Educação e Tecnologia / Faculdades Unificadas Doctum Teófilo Otoni

O Instituto Doctum de Educação e Tecnologia é o responsável perante as autoridades públicas e o público em geral pelas Faculdades Unificadas Doctum. Incumbem-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento das faculdades mantidas, respeitados os limites da legislação em vigor, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

As Faculdades Unificadas Doctum são dependentes do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia quanto à definição da política educacional da rede Doctum, à manutenção de serviços e às decisões

de caráter administrativo e econômico-financeiro.

A rede de Faculdades Unificadas Doctum conta com unidades de ensino superior em oito municípios mineiros, além de duas no Espírito Santo. Todas as Faculdades estão ligadas à sede de Caratinga, a qual centraliza e organiza as ações planejadas pela presidência e diretorias competentes que, por sua vez, traçam as diretrizes gerais das ações institucionais. A partir daí, cada unidade desenvolve seus trabalhos, adaptando os projetos à cultura da comunidade onde está inserida. O Campus Teófilo Otoni iniciou suas atividades em fevereiro de 2003.

Sobre o curso

2.1 Objetivo Geral do Curso

O Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Unificadas Doctum Teófilo Otoni foi concebido a partir de três princípios básicos:

I - A sintonia do seu projeto pedagógico com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, contemplando as atuais discussões presentes no meio acadêmico e profissional.

II - A necessidade social da região de promoção de formação de profissionais competentes e atualizados, com vistas



a participar do processo de melhoria da compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional, nos diferentes modelos de organizações.

III – A identificação e otimização das possibilidades do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, mediante parcerias com as iniciativas pública e privada, subsidiando, através de projetos de pesquisa e de extensão, implementação de políticas de consultoria que contribuam para a transformação social da realidade local e regional.

IV - A construção do espírito investigador e a visão de educação continuada, com estímulo ao aperfeiçoamento constante da formação profissional do contador.

Em outras palavras, a proposta para o curso de graduação em Ciências Contábeis das Faculdades Unificadas Doctum Teófilo Otoni busca atender ao desenvolvimento local e regional, especificamente no âmbito dos controles gerenciais, familiarizando o profissional com a realidade local e mundial, tendo como meta a formação de aspectos disciplinadores e científicos que possibilitem a inserção de um profissional em contínua formação, que seja capaz de fomentar a atividade empresarial e institucional na área da Contabilidade.

O Brasil tem se ressentido de práticas de controle gerenciais, financeiras e econômicas do poder público e empresarial. Isso se reflete diretamente na estrutura social, com o descrédito popular, a formação alienada do cidadão, o desvio e a limitação de recursos às crescentes demandas públicas, e a entrega do patrimônio e dos recursos brasileiros sob critérios escusos e despatriomizantes. O Curso de Ciências Contábeis desta Instituição busca formar bacharéis em condições de

atuar com resposta ética, científica e técnica a este quadro.

Além desta questão nacional, as práticas e técnicas no exercício da profissão de Contador sofreram substanciais mudanças nos últimos anos em decorrência da “revolução informacional”, restringindo o mercado àqueles que não detém tal conhecimento. Mais recentemente um outro aspecto que vem provocando mudanças não só no exercício, mas principalmente no ensino das Ciências Contábeis, é a Responsabilidade Social das Empresas, e o impacto de suas ações junto à sociedade e ao meio ambiente. A nova visão acadêmica, mormente após a LDBEN – Lei 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996, determina a formação do ser humano em toda a sua multiplicidade de dimensões dando ênfase ao

“As práticas e técnicas no exercício da profissão de Contador sofreram substanciais mudanças nos últimos anos em decorrência da “revolução informacional”, restringindo o mercado àqueles que não detém tal conhecimento. Mais recentemente um outro aspecto que vem provocando mudanças não só no exercício, mas principalmente no ensino das Ciências Contábeis, é a Responsabilidade Social das Empresas, e o impacto de suas ações junto à sociedade e ao meio ambiente.”



aspecto social. Na concepção do curso, defendemos não como mudança, mas como exigência a formação atualizada de um Bacharel em Ciências Contábeis.

O curso é destaque na região pela capacidade de contribuir de forma efetiva para o alto nível de empregabilidade de alunos e egressos. Também é destaque pelo desempenho no ENADE (4 na última avaliação) e no CPC MEC (4 na última avaliação).

Em 2014 o curso também integrou o conjunto de instituições de ensino que receberam o selo da Editora Abril de “Melhores Universidades 2014”.

Alguns depoimentos sobre o curso e sobre a conquista do selo da editora abril:

“Parabéns por mais essa conquista. É o resultado do esforço, dedicação, comprometimento e profissionalismo de uma equipe que a cada dia busca compartilhar as experiências adquiridas através de anos de dedicação à nobre ciência contábil, tão importante para o país. Sinto-me honrada por fazer parte e contribuir com a difusão do conhecimento para as novas gerações.” - Adenide Rodrigues Pereira, Ex-aluna, atualmente contadora e professora.

“O selo representa o reconhecimento social do árduo trabalho desenvolvido para elevar a qualidade do curso.” -

Edvaldo Silva Dutra, Consultor e Professor.

“Parabéns, Coordenadora Adriana Luchini! É muito gratificante ver você colhendo os frutos do seu esforço e dedicação, fazendo com que a Doctum T.O seja reconhecida. Melhor ainda é saber que tive o privilégio de passar por suas mãos e ver de perto todo esse seu esforço e de toda a equipe! Orgulhosa de você! Que Deus continue te abençoando sempre, e que venham muitos outros méritos!” Lismá Ribeiro, ex-aluna.

2.2 Perfil do Egresso

O curso de Graduação em Ciências Contábeis das Faculdades Unificadas Doctum Teófilo Otoni procura possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis,

com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

2.3 Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

São adotados como critérios de avaliação a frequência às aulas (no mínimo 75% da carga horária) e o aproveitamento, no total de 100 pontos distribuídos, que constará de:

I - trabalhos, avaliações e provas, que constituem os procedimentos pedagógicos adotados pela IES, no valor total de 30 (trinta) pontos,

correspondentes à 1ª (primeira) etapa de notas, sendo que, uma prova será obrigatória e individual, no valor de 10 (dez) pontos;

II - trabalhos, avaliações e provas, que constituem os procedimentos pedagógicos adotados pela IES, no valor total de 40 (quarenta) pontos, correspondentes à 2ª (segunda) etapa de notas; sendo que, uma prova será obrigatória e individual, no valor de 20 (vinte) pontos;

III - trabalhos, avaliações e provas, que constituem os procedimentos pedagógicos adotados pela IES, no valor total de 30 (trinta) pontos, correspondentes à 3ª (terceira) etapa de notas, sendo que uma prova será obrigatória e individual, no valor de 20 (vinte) pontos e aplicada sempre na penúltima ou última semana do período letivo.

O aluno que não obtiver 70 (setenta) pontos do total dos pontos distribuídos se submeterá ao Exame Especial conforme norma regimental da IES.

2.4 Trabalho de Conclusão de Curso

Os trabalhos de conclusão de cursos de graduação (TCC), devem se basear em uma pesquisa teórica e/ou empírica, com definições metodológicas bem precisas.

O TCC é uma estratégia curricular de grande importância para o curso, pois permite o aprofundamento do conhecimento e a produção de novas formas de conceber as relações que



constroem a ação do profissional na sociedade, permitindo, também, o questionamento de práticas e concepções profissionais ultrapassadas.

Entende-se, ainda, que o TCC pode constituir-se como eixo de um projeto acadêmico que coloca a interdisciplinaridade como elemento central do processo de ensino-aprendizagem. A complexidade da sociedade contemporânea exige que, ao buscar compreender um fenômeno, o sujeito conhecedor tenha consciência das limitações da ciência com a qual ele trabalha, sendo capaz de lançar mão do conhecimento produzido em outras áreas acadêmicas.

A elaboração do TCC é feita mediante um trabalho de acompanhamento e orientação por parte do curso, feitos, em parte, de forma coletiva e, em parte, individualmente.

A disciplina de Metodologia Científica é o primeiro momento de uma preparação coletiva dos alunos, posteriormente, e ainda como orientação coletiva, os alunos cursam as disciplinas TCC 1 e 2. O acompanhamento individual ocorre através da definição de um professor orientador responsável por cada TCC.

Os alunos devem ser orientados no sentido de tornarem o texto mais "leve". Essa redação não se destina somente ao orientador ou ao professor e/ou seminários das disciplinas. Escreve-se para uma banca pluridisciplinar, mesmo quando composta por integrantes somente da área específica do curso do aluno, e para todo tipo de leitor após a divulgação do trabalho. A redação deve ser, além disso, tanto quanto possível, impessoal.

Durante o curso são estimuladas pesquisas que se constituam, principalmente, a

partir de temas de interesse regional. O incentivo à pesquisa significa pensar no ensino a partir de uma atitude crítica diante da realidade. Uma postura pedagógica que coloca a argumentação própria como imprescindível ao trabalho de produção do conhecimento.

Independentemente do gênero de pesquisa que se faça (teórica ou aplicada), no nível da graduação ela deve se tornar uma "estratégia fundamental de aprendizagem reconstrutiva e de



gestação de autonomia do sujeito, para que possa produzir conhecimento..." (DEMO:2000). Assim, o trabalho de conclusão de curso exige do aluno e do curso uma postura mais formativa do que informativa, o que redundará em condições de criação e não apenas de reprodução do já estabelecido.

Essas investigações devem, tanto quanto possível, não só promover a interdisciplinaridade como construir e motivar, permanentemente, a intersubjetividade. Sendo assim, os alunos são estimulados a formarem grupos de pesquisas interdisciplinares ou "núcleos de integração disciplinar" desde as primeiras matérias do curso.

2.5 Práticas Inovadoras

Além de possuírem a disciplina Português na Estrutura Curricular, os estudantes também participam de um Programa de

Nivelamento em Português, atualmente conduzido do primeiro ao quarto período. Desta forma, os estudantes aperfeiçoam uma competência fundamental para o desempenho nas outras disciplinas e também para o adequado exercício da profissão: a capacidade de escrita, de leitura e de interpretação.

Os estudantes também possuem Matemática e Estatística na Estrutura Curricular, mas, com o propósito de fortalecer estes conteúdos fundamentais,

participam de um Programa de Nivelamento em Matemática, atualmente oferecido do primeiro ao terceiro período.

A estrutura curricular vigente possui, do primeiro ao quinto período, uma disciplina integradora, preocupada em promover semanalmente atividades que permitam aos estudantes identificarem e praticarem a

interdisciplinaridade dos conteúdos ministrados no Curso de Ciências Contábeis.

Semestralmente, o curso também realiza inúmeras campanhas sociais, buscando sair de sala e colocar em prática os ensinamentos ministrados na disciplina Responsabilidade Social e Ambiental.



Adriana de Mello Luchini -
Mestre em Contabilidade
Coordenadora do Curso de
Ciências Contábeis do Instituto
DOCTUM

Transparência e Acesso às Contas Públicas:

Mais um passo para a democracia que queremos

Por Maria Valesca D. de C. Silva e Josélton S.da Rocha



No final dos anos oitenta e toda a década de noventa, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil buscaram afirmar a participação popular como um instrumento para a consolidação e o aprofundamento da democracia. A criação de novas instituições capazes de fomentar a participação social, o que inclui o seu conhecimento das contas públicas, e os diferentes padrões de interação entre instituições representativas e participativas fazem parte do cenário do Estado no período pós-democrático no Brasil. Emergem práticas participativas associadas à mudança na qualidade da gestão, com repercussões na sociedade dessa nova forma de gerir do Estado. Vale salientar que a instituição de novas regras é uma condição necessária, mas, como afirma Coutinho (2005, p.14), “está longe de ser suficiente para que exista efetivamente uma democracia.”

Segundo Hirsch (1997), no referido contexto, o Estado muda de feição. Não mais estamos diante do estado do bem estar social ou do estado desenvolvimentista. O Estado passa a ser qualificado como um agente articulador dos distintos interesses em jogo:

El lugar del Estado soberano asumirían progresivamente redes, estructuras de “governancia” (“governance”) o “regímenes” complejos; la regulación

social jerárquico-burocrática se vería sustituida cada vez más por “sistemas de negociación” horizontales entre actores estatales y múltiples actores no-estatales. (HIRSCH, p.3, 1997)

Dito de outra forma, as principais transformações que ora presenciamos se dão a partir de uma certa privatização da política, ou seja, da transferência de atribuições tradicionalmente exclusivas do Estado para outros atores políticos.

“O que observamos nos dias atuais é a constituição de fóruns de participação em contextos políticos cuja hegemonia tem sido determinada por concepções de democracia de cunho neoliberal, nas quais predomina o modelo de Estado de feição gerencialista, mas sem o despreendimento da velha burocracia.”

O que observamos nos dias atuais é a constituição de fóruns de participação em contextos políticos cuja hegemonia tem sido determinada por concepções de democracia de

cunho neoliberal, nas quais predomina o modelo de Estado de feição gerencialista, mas sem o despreendimento da velha burocracia. Tais concepções e modelos abarcam um leque bastante amplo de forças políticas, constituindo-se, em minoria, no cenário político, as forças políticas que defendem uma concepção de democracia participativa, alternativa e contra-hegemônica, que não se compatibilize com o capitalismo, sistema que tem o mercado como elemento estruturante. Essa concepção de democracia de cunho mais radical coloca como elemento central na constituição de um modelo democrático a necessidade de criação de condições materiais capazes de fundamentar uma cidadania ativa. Como afirma Rosseau (apud Coutinho, 2004, p.13), “não há democracia efetiva onde existe excessiva desigualdade material entre os cidadãos”.

O fato é, que estamos nesse momento vivenciando as eleições diretas, no pleno exercício da “democracia”. Nessa dinâmica eleitoreira, os candidatos à eleição, muitos à reeleição, e comitês financeiros precisam prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral, afinal transparência é a palavra de “ordem”. Conforme dispõem os artigos. 28 a 32 da Lei nº 9.504/97, os candidatos, partidos políticos e comitês financeiros deverão prestar contas à Justiça Eleitoral, conforme a esfera de competência — nacional, estadual ou



municipal, até o trigésimo dia posterior ao término das eleições. Ademais, é exigida anualmente dos partidos políticos a obrigatoriedade de prestação de contas (Capítulo I do Título III da Lei nº 9.096/95).

Para elaboração e entrega da prestação de contas anuais dos partidos políticos, a regulamentação está disciplinada na Resolução TSE n.º 21.841/2004. As Normas Brasileiras de Contabilidade exigem que a prestação de contas dos partidos políticos seja feita através dos seguintes instrumentos de evidenciação: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado, Demonstrativo das Origens e Aplicações dos Recursos, Demonstrativo de dívidas de campanhas e Demonstrativo dos fluxos de caixa – fundo partidário e outros recursos.

Particularmente sobre as “contas eleitoreiras de 2014”, o primeiro relatório dessa prestação foi enviado à Justiça Eleitoral entre 28 de julho e 2 de agosto de 2014, sendo divulgado por este Tribunal Superior Eleitoral em 6 de agosto as informações dessa primeira parcial. Através do sistema que está disponível no Website do TSE, podem ser consultados os dados referentes à primeira prestação de contas dos partidos políticos e candidatos às Eleições 2014. Essa prestação é viabilizada pelo Sistema de Prestação de

Contas Eleitoral (SPCE), um programa desenvolvido pela Justiça Eleitoral para ser utilizado, em caráter obrigatório, na elaboração da prestação de contas de candidatos, comitês financeiros e partidos políticos.

Nessa discussão, particularmente sobre as contas públicas, o “Cidadão-eleitor” toma ciência do quanto é relevante a boa gestão dos recursos públicos pelos gestores eleitos. Dessa forma, não apenas a prestação de contas das eleições e dos partidos políticos, mas é imprescindível para o cidadão ter conhecimento do trânsito dos recursos públicos em toda a sua amplitude no âmbito dos três entes federados, em qualquer época do ano.

Não apenas nesse contexto, a contabilidade pública vem assumindo posição de destaque como instrumento viabilizador de informações confiáveis e relevantes ao conhecimento da sociedade. Assim, é possível afirmar, que a

“As Normas Brasileiras de Contabilidade exigem que a prestação de contas dos partidos políticos seja feita através dos seguintes instrumentos de evidenciação: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações dos Patrimônios Líquidos, Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados.”



contabilidade pública, sobretudo, após o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade que se iniciou em 2002, e aqui no Brasil vem disseminando no campo do setor público desde 2008, vem ocorrendo mudanças na sua essência e taxonomia. Nesse sentido, vem tornando-se elemento estratégico para uma gestão pública mais transparente, entre outras coisas, pelo processo de avanço democrático vivenciado pelo País. Sobre esse aspecto, Silva (2011) chama a atenção para o fato de que a contabilidade teve avanço significativo à medida que novas formas democráticas de organização política surgiam. Acrescenta ainda que a contabilidade aplicada ao setor público está intimamente ligada com o regime democrático adotado nos estados modernos.

A afirmativa de Silva (2011) situa-nos em um amplo campo de reflexão teórico sobre os modelos democráticos. Segundo Nobre (2004), podemos travar um breve debate em torno das várias possibilidades de conceituação da democracia a partir de uma caracterização de alguns modelos.

O primeiro modelo nos reporta às formulações de Joseph Schumpeter, que, em seu clássico trabalho sobre capitalismo, socialismo e democracia, qualifica a democracia como o arranjo político e institucional que torna possível o embate entre as distintas lideranças políticas. Para Schumpeter, a democracia seria, então, um arranjo institucional "capaz de produzir decisões necessárias à reprodução social e econômica nas condições

de uma sociedade pós-tradicional, em que não há um mesmo conjunto de valores últimos partilhados por todos os membros do corpo político." (NOBRE, 2004, p.31) Tais arranjos não contêm um fim em si mesmo, e quem efetivamente participa do jogo democrático são as elites políticas, sendo o papel do cidadão comum inexpressivo. Afinal, como é possível que o povo governe?

Outro modelo, qualificado como pluralista, se associa à concepção elitista, porém agrega novos elementos, sobretudo por considerá-lo pouco realista. Um dos seus representantes mais ilustres é Robert Dahl, que se volta para a discussão sobre a lógica

da distribuição do poder na democracia ocidental – aqui qualificado como a "capacidade de impor objetivos em face da oposição de outrem" (NOBRE, 2004, p.32). Essa concepção constrói uma representação da democracia como sendo "um estímulo e como garantia da competição entre grupos de interesses, com proteção de minorias e de direitos de participação..." (NOBRE, 2004, p.32). Assim, Dahl utiliza o termo democracia como um sistema político que tem, em suas características, a qualidade de ser inteiramente ou quase inteiramente "responsivo" – conceito empregado aqui no sentido de um regime político que atende às preferências dos cidadãos - a todos seus cidadãos. Dahl qualifica tal sistema como poliarquia, ou seja, regimes relativamente democratizados, dotados de caráter inclusivo e aberto à contestação pública.



O terceiro modelo, segundo Nobre (2004), é qualificado como legal, que se fundamenta na defesa do estado mínimo e tem o *laissez-faire* como valor. Um dos seus principais representantes é Frederick Hayeck, que, inspirado em Weber e Schumpeter, retoma a tese da tirania da maioria. Para ele, a democracia não pode ser concebida como um fim em si mesmo, uma vez que o seu objetivo é preservar a liberdade – que tem aqui um caráter, sobretudo, individual.

Qualificado como participativo, o quarto modelo tem Nikos Poulantzas como um dos seus formuladores. Segundo o referido autor, a democracia moderna encontra limites no modo capitalista de produção que promove desigualdade material e impede a efetiva realização da liberdade.

O quinto modelo apresentado por Nobre (2004) é o da democracia deliberativa, que tem em Junger Habermas seu principal formulador. Para Habermas, o exercício da democracia é fruto da ação comunicativa, da ação orientada para uma compreensão mútua, da comunicação desimpedida entre os homens livres e iguais. A democracia depende, desse modo, da institucionalização dos processos

correspondentes e pressupostos comunicacionais, como também do jogo de deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formam de modo informal.

Sem pretender adotar nenhum modelo e nem afirmar qual mais se aproxima do que ora vivenciamos, consideramos que a democracia implica em liberdade, mas também em igualdade e que a democracia, nas sociedades complexas, deve conjugar a prática política de cunho representativo com o exercício da participação popular direta, inclusive na ciência das contas públicas.

A proposta de constituição de um modelo de democracia participativa traz contribuições interessantes de tentativa de mudança da relação entre sociedade e estado, como também de inserção de novos atores e de novos temas na cena política, ou seja, uma crescente socialização da política. Nesse cenário, a transparência das contas públicas, o que inclui a prestação de contas dos candidatos e dos comitês financeiros, deve ser considerada um passo para uma democracia que queremos, desta forma, uma aproximação de um modelo de democracia mais participativa.



Maria Valesca D. de C. Silva

Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Contábeis (UFBA), graduada em Ciências Contábeis (UNEB) e em Economia (UCSal), Especialista em Metodologia do Ensino Superior (CEPOM), Mestre em Economia (UFBA) e Doutora em Administração (UFBA).



Joséilton S. da Rocha

Professor associado da Faculdade de Ciências Contábeis UFBA. Graduado e mestrado em Ciências Contábeis e Dr em Engenharia de Produção pela UFSC. Mestre em Contabilidade - USP. Especialista em Controladoria pela UFPB e USP Bel. Ciências Contábeis pela UEPB. Em 2012 assumiu a Direção da Faculdade de Ciências Contábeis e a Presidência do Conselho de Curadores da Universidade Federal da Bahia - UFBA



Contabilidade na Gestão Organizacional

O bjetivo das organizações, em especial aquelas com fins lucrativos, é obter resultados econômicos positivos, que garantam sua perpetuidade e remunerem adequadamente seus investidores. Mesmo naquelas sem fins lucrativos, como ONGs, um resultado econômico positivo aponta uma adequada gestão dos recursos colocados à disposição, o que facilita sobremaneira no cumprimento de sua missão organizacional.

Em vista disso, os gestores são instados a perseguir os melhores resultados econômicos possíveis, em sua esfera de atuação, de tal forma que, se as diversas unidades de uma organização agem de forma coordenada, o saldo final é positivo. Para que esses diferentes administradores consigam compatibilizar seus esforços e conversar em uma mesma linguagem, existe a contabilidade, o vocabulário dos negócios.

Nesse sentido, é importante, em um processo de comunicação, que aquele que comunica saiba emitir uma mensagem que seja o mais fácil possível de ser entendida pelo receptor. Assim, uma qualidade desejável para o profissional da contabilidade é conhecer seu público-alvo e dialogar de tal forma a ser claramente compreendido pelo receptor da mensagem. Ou seja, ainda que sem perder de vista sua formação profissional, saiba adequar a

linguagem ao usuário da informação.

O profissional da contabilidade é também um educador dos conhecimentos da área. Em uma situação ideal, repetindo o movimento da Qualidade Total a partir dos anos de 1980, a contabilidade se tornaria a linguagem cotidiana de todos, podendo ser chamada de Contabilidade Total!

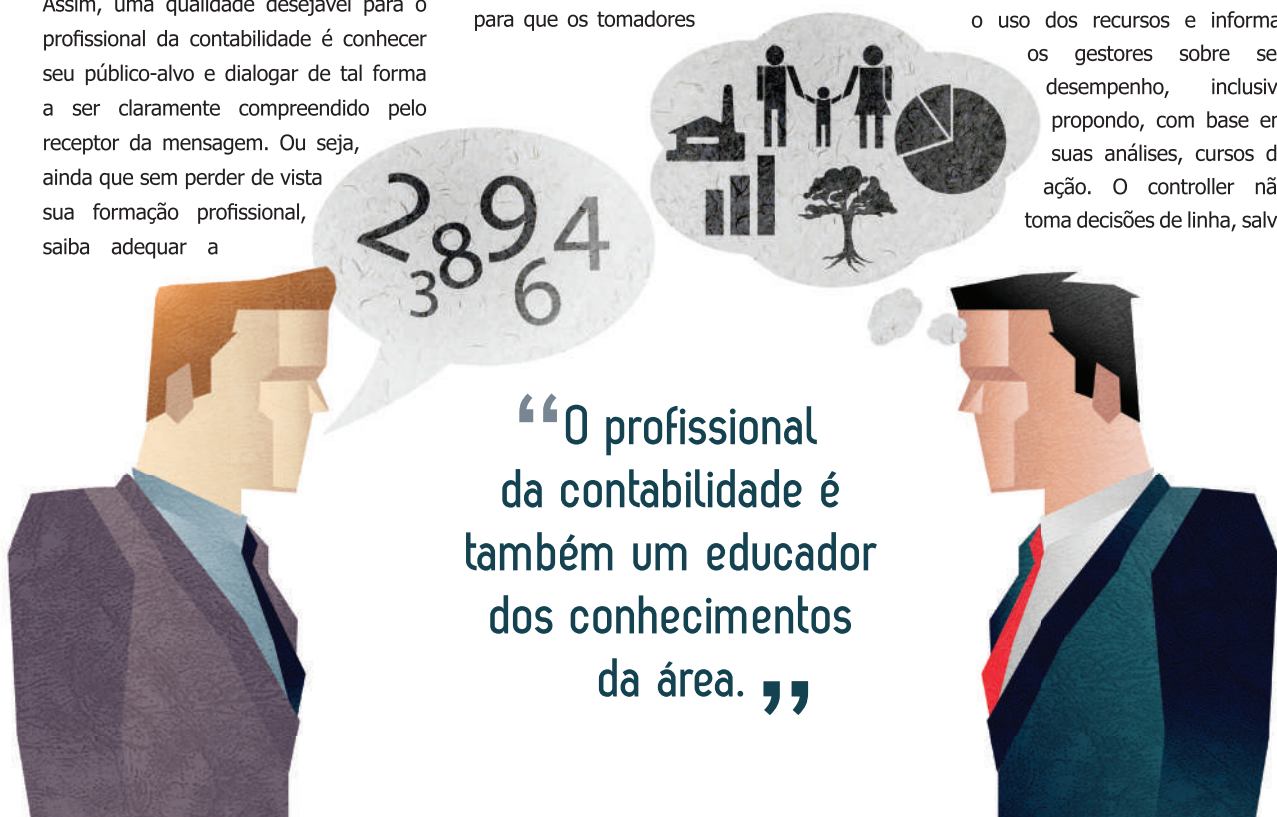
A contabilidade é, internacionalmente, entendida como tendo três campos principais de atuação: a contabilidade financeira, cujo principal papel é informar o público externo, em especial os investidores e o fisco; a auditoria, focada na verificação da fidedignidade das demonstrações contábeis, a fim de estabelecer a segurança das partes interessadas e; a contabilidade de gestão ou controladoria, direcionada para fornecer informação para os decisores, o público interno da organização. Ainda se poderia agregar uma quarta, a contabilidade pública, atenta às características singulares da gestão pública.

Sob um prisma mais interno, a contabilidade de gestão atua nas organizações fornecendo informações para que os tomadores

de decisão possam optar pelo melhor curso de ação, dados os recursos disponíveis. Ainda assim, não prescinde de um olhar externo: muitas vezes, a causa raiz das dificuldades internas tem origem fora da organização: inflação, recessão, câmbio, etc. Por isso o profissional voltado à contabilidade de gestão tem que ficar atento às mudanças e eventos do ambiente externo e avaliar seu impacto sobre a organização, como bem indicaram Shank e Govindarajan (1997), sobre a Gestão Estratégica de Custos. E isso não deve ocorrer somente durante o processo de elaboração do orçamento, por exemplo, mas todo o tempo.

A contabilidade de gestão, portanto, deve apoiar os decisores com informação útil, relevante e tempestiva, ainda que às vezes menos precisa. Nisso, inclusive a contabilidade para o público interno se diferencia daquela voltada para público externo. Nesta última, a informação deve, além de exata, ser precisa até o último centavo. Já para o público interno, a precisão pode ser menor se a informação exata, for mais rápida.

Ainda que a controladoria seja um órgão de staff, deve monitorar permanentemente o uso dos recursos e informar os gestores sobre seu desempenho, inclusive propondo, com base em suas análises, cursos de ação. O controller não toma decisões de linha, salvo



“O profissional da contabilidade é também um educador dos conhecimentos da área.”

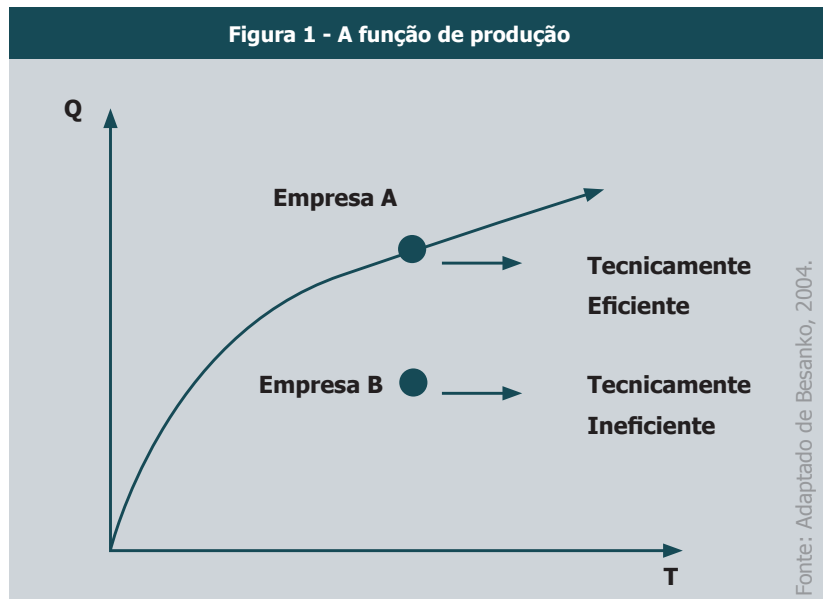
exclusivamente na sua unidade específica de atuação, mas é corresponsável pelos resultados na medida em que, a partir de seus relatórios e sugestões, contribui na agregação de valor à organização. Também pode ser parte de seu papel, quando atuado em nível corporativo, informar aos investidores e/ou conselho de administração, sobre o desempenho da organização como um todo e de seus gestores, em particular.

O principal papel, então, da contabilidade de gestão ou controladoria é o monitoramento do desempenho, ou dito de outra forma, monitorar a eficiência e a eficácia no uso dos recursos organizacionais. Eficaz é aquela organização que atinge seus objetivos; eficiente é aquela que usa da melhor forma possível seus recursos, com o mínimo de perdas.

Quanto à eficácia, o uso adequado de sistemas de controle de gestão, como painéis de indicadores, orçamentos, sistemas de recompensa para executivos, entre outros, orienta o comportamento de gestores. Assim, pode auxiliar na congruência de objetivos entre executivos e investidores, com ganhos no alcance de resultados.

Na questão da avaliação da eficiência, em particular, cabe ao controller verificar não somente o desempenho das unidades da organização, mas também compará-la com eventuais concorrentes. É importante saber se a empresa pode ser considerada eficiente ou não (Figura 1). Aquelas organizações que se encontram abaixo da fronteira de eficiência, no exemplo a Empresa B, não estão utilizando da melhor forma seu potencial: ou produzem menos do que podem com seus recursos ou gastam mais do que necessário em relação ao que produzem. Portanto, é papel do controller, então, apontar meios de elevar a eficiência, melhorando o aproveitamento dos recursos e, conseqüentemente, reduzindo seu custo unitário.

A contabilidade de gestão, então, é aquela área de conhecimento que, a partir do monitoramento da eficiência e da eficácia,



apoia os gestores no processo de tomada de decisão, fornecendo informações, análises e sugerindo cursos de ação. Dessa forma, a contabilidade pode agregar valor à organização, influenciando positivamente o processo de gestão.

Por Carlos Diehl - Mestre em Engenharia de Produção (UFRGS, 1997) e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professor titular do PPG em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Co-autor em três livros: *Gestão de Custos: Uma Abordagem Integrada entre Contabilidade, Engenharia e Administração*; *Compras elementos para o jogo de negociação*; *Educação Contábil: Tópicos de Ensino e Pesquisa* e organizador do livro *Administração Estratégica - gerenciando a competitividade organizacional*. Editor da Revista BASE (B1), presidente da Associação Brasileira de Custos, palestrante e consultor organizacional.

BESANKO, D; BRAEUTIGAM, R. R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, LTC, 2004.

Referências

SHANK, J.K; GOVINDARAJAN, V. A *Revolução dos Custos: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos*. Rio de Janeiro: Campus, 3ªed., 1997.



Carlos Diehl - Mestre em Engenharia de Produção (UFRGS, 1997) e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professor titular do PPG em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Co-autor em três livros: *Gestão de Custos: Uma Abordagem Integrada entre Contabilidade, Engenharia e Administração*; *Compras elementos para o jogo de negociação*; *Educação Contábil: Tópicos de Ensino e Pesquisa* e organizador do livro *Administração Estratégica - gerenciando a competitividade organizacional*. Editor da Revista BASE (B1), presidente da Associação Brasileira de Custos, palestrante e consultor organizacional.

ERRATA DO ARTIGO "Contabilidade na Gestão Organizacional"

Edição da Revista Abracicon Saber Nº8, página 41.

A produção de alimentos e a fome no mundo



Este é um assunto que deverá ingressar na pauta das maiores preocupações dos países desenvolvidos, seguido por todas as regiões do mundo, porque não será fácil a partir do século 21, sem dúvida o século da sabedoria, produzir alimentos para saciar a fome de mais de sete bilhões de seres humanos, além dos irracionais que vivem a consumir em harmonia com os racionais, muitos dos mesmos alimentos dispostos na natureza. Esse fenômeno a desafiar a humanidade pode ser observado com maior gravidade, por não termos estatísticas de quantos são

os irracionais do mundo, a consumir água potável e alimentos semelhantes aos dos humanos.

Estão nascendo no mundo, atualmente, mais de cinco crianças por segundo, quase doze mil a cada hora, sendo assustador o crescimento demográfico na África e na Ásia, sem dúvida, os continentes sem as menores condições de atender as necessidades de suas populações. O especialista em demografia, o cientista Peter Kostmayer, ao comentar o assunto no jornal Zero Population Growth, afirma:

A taxa de crescimento da população está,

de longe, extrapolando nossa capacidade de oferecer emprego, educação, moradia e cuidados médicos às pessoas. Além disso, está causando tremendos problemas ambientais no mundo.

Acompanhando o raciocínio acima, o professor Paul Erlich garante:

A agricultura irrigada nas altas planícies dos Estados Unidos está gradualmente em extinção.

Paul faz esta afirmação considerando a crescente escassez de água potável no

planeta e informa que os agricultores dos Estados Unidos estão tomando consciência dessa possível calamidade. Consideram que é necessário conscientizar o povo consumista para um rígido controle, porque irrigar os campos para plantar grãos será cada vez mais problemático, apesar de toda a tecnologia aplicada aos meios de produção.

Essa falta de atenções sobre o assunto afeta o social, principalmente nos países subdesenvolvidos, que facilitam o desempenho dos atravessadores entre os que produzem e os adquirentes de alimentos. Essa praxe vergonhosa, fácil de ser combatida, ocorre inclusive no âmbito interno ou regional de quase todos os países do mundo. Sem dúvida é um processo a ser resolvido pelos governos, com uma intervenção enérgica e necessária.

Eis que, se atentarmos para o fato de que anualmente a produção de alimentos pode atender até 14 bilhões de pessoas, concluiremos que atualmente, o mundo produz o dobro do que seria necessário produzir para alimentar a população mundial, que alcançou em outubro de 2012, sete bilhões.

Diante destes números apresentados pela própria FAO fica patente que o problema alimentar do mundo é causado pela má gestão administrativa generalizada, pelo desperdício inconsciente e políticas equivocadas de governos ditatoriais. É tão grave o problema da administração na produção de alimentos, que é possível se confundirem a origem ou causa maior da fome, como se fosse a escassez de comida, quando em verdade, a pobreza é sem dúvida a razão maior, constatada pela desigualdade humana. Se a produção fosse bem distribuída, certamente milhões de seres humanos não estariam morrendo de fome todos os dias.

Esse processo de má gestão de alimentos tem sua origem na modernidade criadora das técnicas de produção, com a agricultura industrializada, onde os mercados são facilmente monopolizados, com o uso da maquinaria, o consumo de água potável aumenta por permitir a sua utilização mais fácil. Além disso, o uso de produtos agrotóxicos e bioquímicos vem crescendo, bem como a maior distribuição de sementes que aceleram a produção. Por causa desses novos instrumentos, aumentou geograficamente a produção do milho, soja e carne, principalmente nos Estados Unidos e México, onde as sementes foram cientificamente alteradas, inclusive. Com essas novas técnicas os custos subiram, provocando nos Estados Unidos, uma duplicação nos preços. Imediatamente esse aumento impactou outros produtos dependentes da aplicação do milho, além da alimentação de vários animais para o abate e consumo humano.

Lamentavelmente, para agravar o mercado internacional, o milho vem sendo usado em

grande escala na energia vegetal e a maioria dos países importadores foram surpreendidos nessa escalada do preço do milho americano, considerando-se que os Estados Unidos são os maiores produtores do mundo.

Por outro lado, sem o uso da grande tecnologia não será mais possível acompanhar a demanda necessária de alimentos ao mundo atual, o que, todavia, não impedirá a economia tradicional, onde os agricultores ainda utilizam sistemas manuais e de difíceis colheitas, de prosseguir no seu trabalho tradicional de produzir alimentos. Assim, para abastecer algumas regiões, faz-se necessário incentivar a agricultura doméstica. Além de muito mais barata, é mais saudável e limpa.

O economista americano Parker, citado pelo professor Climaco Cezar, na revista *Agrovison*, de Brasília, informa que Parker, escrevendo na revista inglesa *The Economist*, afirmou que em meio a tantas crises, a única maneira confiável para produzir maior quantidade de alimentos é dispor das mais eficientes tecnologias. Ele aponta três alternativas para esse fato: utilização de melhores sementes; sistema de produção animal que permita maior produtividade; e o uso competente da tecnologia de insumos modificados na sua genética. Segundo Parker, esse processo triplo poderá ser utilizado em nível das regiões e países. Mas ainda assim, conclui seu trabalho indagando ao mundo:

Mas será que isto pode ser feito em uma escala global, para alimentar 9 bilhões de pessoas? Se sim, como?

Projetada para alcançar o número de nove bilhões de pessoas até o ano de 2050, a população mundial de seres humanos terá à sua disposição, alimentos necessários



à sua subsistência? Essa é a mais preocupante indagação dos cientistas e economistas da atualidade. Baseado nas afirmativas do fazendeiro Broadbalk, proprietário de uma área de 1,6 milhão de hectares na fazenda Rothamsted, localizada na Inglaterra desde 1847, ele informa baseado no seu fundador, Sir John Lawes, que o solo era apropriado para produzir o melhor trigo, se bem adubado. Entretanto, recentemente, em 2010, ficou comprovado que John não estava certo, pois a sua colheita ficou abundante apenas na parte central da fazenda, onde cultivava o trigo, chegando a produzir 10 toneladas por hectare. Mas nas extremidades de sua propriedade, a produção foi aproximadamente de apenas quatro ou cinco toneladas por hectare, provando que a tecnologia tem fundamental importância na produtividade da agricultura, porque amplia o espaço utilizado.

A realidade apresentada até 2012 é a de que o preço da comida varia de acordo com a necessidade de quem tem fome. Sempre que ocorre maior procura em razão de superpopulação, ou por fatos independentes da vontade do homem, como desastres da natureza, pestes nas lavouras, desperdício, e outros fenômenos negativos, os preços tendem a crescer nos países industrializados em alimentos. E em decorrência desse aumento de preços, as pessoas de menores recursos, os pobres e miseráveis, são duramente atingidos, porque mesmo os que dispõem de algum recurso, gastam mais da metade do que ganham para se alimentar.

Com a criação de algumas organizações

não governamentais, que deveriam ajudar na questão da fome no mundo, a cada dia fica mais difícil para a humanidade saber o que é melhor: 1. Combater a fome; 2. preservar o meio ambiente; ou 3. cuidar de ambos? Sem quaisquer dúvidas, temos consciência de que não se poderá cuidar de um e desprezar o outro. O mundo científico e tecnológico tem os meios e as formas para ambas as atitudes. O desenvolvimento sustentável é a resposta correta para esta indagação,

“ Sem o uso da grande tecnologia não será mais possível acompanhar a demanda necessária de alimentos ao mundo atual, o que, todavia, não impedirá a economia tradicional, onde os agricultores ainda utilizam sistemas manuais e de difíceis colheitas, de prosseguir no seu trabalho tradicional de produzir alimentos. ”

sem alternativas. Radicalizar de um lado ou de outro, é proporcionar o caos.

As estatísticas até 2012 estão mostrando que o problema da fome não tem nada a ver com a falta de alimentos, nem com a superpopulação mundial, uma vez que, anualmente têm sido produzidos alimentos para atender todos os habitantes do planeta, com sobras. Logo, o problema mais agudo está na falta de atenção, no gerenciamento desta produção. A solução se resume em como fazer os alimentos chegarem à mesa dos

pobres e miseráveis, como chegam a do rico e abastado.

Não adianta uma entidade fundada no Japão, nos Estados Unidos ou em qualquer país do mundo, para solucionar problemas localizados. Essa entidade deve ter sede em todas as comunidades, principalmente naquelas em que há fome em massa. Só assim as metas necessárias a extinguir a fome no mundo poderão ser atingidas. Custa muito dinheiro, mas talvez no fim, seja mais barato do que continuar da forma como se apresenta atualmente.

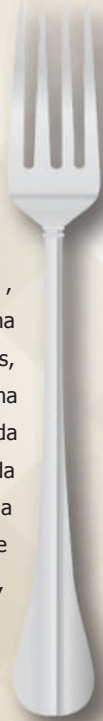
Estudando o assunto sobre o que seria suficiente para alimentar a humanidade, incluindo-se logicamente ricos e pobres, o economista indiano Dr. Amartya Sen advertiu desde 1981, ao escrever a obra *Pobreza e Fome*, que em Bengala, no seu país, em 1943, a fome matou cerca de três milhões de pessoas e o motivo dessa catástrofe não foi a falta de alimentos. Ao contrário, diante de uma grande safra, o governo bengalês preferiu exportar para obter divisas e provocou uma grande escassez, contribuindo para um grande aumento no preço dos alimentos em suas bases. Provou Dr. Sen, que em verdade, na maioria das vezes o problema não tem nada a ver com a falta de produção, como já constatamos antes.

Defendo a tese de que exportar alimentos do seu país, enquanto milhões morrem de fome ou sofrem de desnutrição dentro do próprio país, deve ser enquadrado como crime de lesa pátria, e em certas circunstâncias, até crime

hediondo passivo de punição no âmbito internacional das Nações Unidas. Uma indagação pertinente sobre o assunto foi feita pelo cientista Abhijit Banerjee, do Massachusetts Institute of Technology, quando perguntou de forma categórica:

Vivemos num mundo que é capaz de alimentar toda pessoa que viva no planeta. Afinal falta comida ou falta renda para adquiri-la?

A preocupação com a fome em massa sempre ameaçando a humanidade tem obrigado os responsáveis pelo flagelo, a se preocuparem com a produção e o que poderá acontecer com a superpopulação até o ano de 2050, estimada para atingir os 10 bilhões de pessoas, ou seja, o mundo ganhará até lá, mais duas ou três Índias. Apesar das dificuldades com o avanço na produção dos biocombustíveis, sem se vislumbrar uma política de mudanças, além da existência de uma distribuição de renda cada vez mais perversa, a comida começará a ser distribuída com maior justiça entre os pobres e miseráveis, com o incremento de uma política de aumento de produção irreversível.



A expectativa é de que os produtos agrícolas ofereçam nas próximas quatro décadas, muito mais do que já foi realizado nos últimos cinco séculos, com a utilização das inovações tecnológicas, da ampliação das áreas cultiváveis, o que torna efetivamente possível uma projeção com aparência de impossível. Além disso, é preciso atentar para a grandeza dos

números da população mundial, pois essa marca de 10 bilhões para o ano de 2050 significa um crescimento de trinta por cento, o que em verdade, entre 1970 a 2010 foi da ordem de quase oitenta.

É preciso observar, de acordo com entendimento de alguns produtores, que muitas plantas estão desaparecendo com o tempo e outras se aproximam do seu limite. Embora o aumento de produção de milho venha crescendo nos países ricos, estudos recentes apontam um crescimento mais certo de cereais, em

“ A preocupação com a fome em massa sempre ameaçando a humanidade tem obrigado os responsáveis pelo flagelo a se preocuparem com a produção e o que poderá acontecer com a superpopulação até o ano de 2050, estimada para atingir os 10 bilhões de pessoas, ou seja, o mundo ganhará até lá, mais duas ou três Índias. ”

países como Inglaterra, Índia e Austrália, onde são produzidos os mesmos, com um ligeiro aumento de 1% ao ano. Outro fato que preocupa a produção de cereais, principalmente o milho, um dos mais requisitados, é o caso do México, país de grande capacidade produtora do mesmo, e que vem apresentando uma queda brutal em suas safras desde

2010 e 2011. Por causa desse número preocupante, a FAO já admite que em 2050, a dieta por conta dos cereais deverá cair até 46%, enquanto a das gorduras, carnes e laticínios crescerá em aproximadamente 30%. De acordo com alguns estudos da FAO, existe a necessidade de se produzirem até o ano de 2050 aproximadamente 480 milhões de toneladas de carnes, ou seja, o dobro do que tem sido produzido atualmente. Sobre a dieta correta a ser fornecida a cada pessoa, o professor Joachim Von Braun, da Universidade de Bonn, ao tratar do assunto adverte para o problema, quando afirma:



Nos últimos 30 ou 40 anos as dietas melhoraram. Há atualmente, proporcionalmente, menos pessoas subnutridas no mundo, do que costumava haver (embora o número absoluto seja elevado e crescente). Menos pessoas não conseguem crescer a sua altura e seu peso por causa de dietas pobres na infância.

As estatísticas até 2012 estão mostrando, informa ainda o professor Joachim no seu estudo, que apesar da maioria das pessoas ter passado a receber mais calorias, ainda existem deficiências vitamínicas no organismo, apontando as quatro principais: ferro, zinco, iodo e vitamina A.

O ferro nesse começo do século 21 é responsável por mais de um milhão e meio de anêmicos, onde se encontra a metade das mulheres em idade fértil, nos países mais pobres; a vitamina A responde com sua ausência, pela cegueira de meio milhão de crianças a cada ano; a falta de zinco responde pela morte de aproximadamente 400.000

peças anualmente; a carência de iodo, como ocorre na Tanzânia, promove menor prazo das mães na amamentação das crianças nas escolas, variando entre quatro a cinco meses.

Em regra, as crianças que não recebem esses nutrientes acima, perdem a capacidade de concentração nas escolas e recebem notas baixas em testes de aptidão profissional. Por outro lado, a obesidade das pessoas que recebem maior quantidade de alimentos, vem se tornando uma epidemia, constituindo-se num contraste social do problema da fome. Atualmente, em 2014, o México é o país com a segunda maior taxa de obesidade da América Latina.

A FAO informa que entre cada seis pessoas no mundo atual, uma passa fome, e a cada cinco minutos, uma criança morre desnutrida. Essa estatística apresentada pelo representante da entidade, senhor Hélder Muteia, também afirma, que para os 10 bilhões de seres humanos a povoar o planeta em 2050, necessitar-se-ão de mais 70% de aumento na produção de

alimentos nos próximos 40 anos.

A comunidade internacional acredita no potencial do Brasil, entendendo que o mesmo pode ajudar na erradicação da fome da humanidade, com os numerosos e abundantes recursos naturais do solo e do subsolo, além da exuberância evidente de alguma reserva de água doce. Além disso, o Brasil é atualmente uma potência com capacidade técnica e científica, alargando os seus conhecimentos e sua experiência em alguns continentes. Mas o que não se pode permitir é que o mundo desenvolvido, por causa dessas riquezas e por conta de suas potencialidades exauridas, passe a querer se apropriar daquilo que o Brasil, por dádiva de Deus e pelos princípios jurídicos da soberania internacional dos povos, é proprietário. É preciso atentar para essa invasão estrangeira silenciosa, que vem seguida de uma cobiça perniciososa e agressiva. Que cuidemos nós, brasileiros, de nosso crescimento e desenvolvimento, com o mesmo objetivo de ajudar a humanidade inteira.



Por Gaitano Antonaccio - Membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas, da Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas e outras.



Pré-avaliação das recentes reformas na Contabilidade Pública

Para o desafio de escrever um assunto amplo como o aqui abordado nos vem, num primeiro momento, a busca de inspiração teórica para sustentação do estilo redacional com o mínimo de coerência e abrangência, apesar da limitação de páginas em publicações nos periódicos.

Ao contrário de ir para a rede de comunicações e clonar algumas idéias, prefiro lembrar autores que, dentre tantos conhecidos na trajetória de contador, auditor, professor, pesquisador, autor e palestrante, tive a oportunidade de dialogar e admirar. Refiro-me a Alberto Guerreiro Ramos, Antônio Lopes Sá e Lino Martins da Silva.

Afora o prestígio auferido por minha pessoa, em diferentes momentos da trajetória como autor na área das finanças e da contabilidade estatal, de

cada um deles, acredito ter captado lições relevantes.

Guerreiro alertou sobre os pressupostos de uma teoria substantiva da vida humana associada, afirmando que fundamentalmente, eles são derivados do exercício do senso da realidade comum a todos os indivíduos. Deduzi, que as dimensões a considerar quando se exerce a critica ou se interpreta um fenômeno qualquer, não se residem apenas na economia, devendo-se verificar em paralelo, concorrentemente ou não, repercussões sociais, políticas e culturais. Seu exílio forçado pela repressão do regime de então, as publicações e o prestígio internacional são destaques que recomendo para leitoras e leitores

interessados em ampliar entendimento da contabilidade e das humanidades.

Lopes Sá demonstrou como se faz pesquisa séria em contabilidade e preservou o carinho e a atenção peculiar a cada um dos leitores e a cada uma das leitoras, transmitindo conhecimento junto com a emoção de estar com humanos. Além disso, esmerou-se em ajudá-los a crescer no domínio das ciências contábeis, sem tentar levar vantagem com a produção de antepassados. Jamais deixou de citar as autorias ou de se esforçar em interpretar os significados autênticos para a época da revelação percebida em publicações e em diferentes formatações. Sobretudo, a conduta de incentivador e respeitador ético diante da história. Recomendo seus livros e textos das palestras a contadoras e contadores desestimulados para continuar atuando em harmonia com a riqueza de entidades.



Silva ensinou que a dualidade entre a pesquisa acadêmica e o exercício cotidiano e in loco no seio da tecnocracia e da burocracia estatal, pode ser um modo de aperfeiçoamento para ambas as instâncias. Costumava valorizar a leitura, a independência intergovernamental, a distinção entre Estado e governo, bem como valores percebidos pela cultura organizacional.

Destarte, em várias de suas publicações preferiu adotar a sinceridade, apontando vantagens e desvantagens deste ou daquele mecanismo, instrumento, método ou processo. Assim, evitava fazer a costumeira doutrinação e tentar persuadir sem admitir reflexões dos leitores. Recomendo o modelo desenvolvido para a Controladoria do Município do Rio de Janeiro e sustentação teórica no mestrado da UERJ a leitoras e leitores exercendo simultaneamente o magistério superior e outra atividade paralela em entidades públicas estatais.

Esclarecidas as fontes de inspiração, sem a pretensão de ter exaurido o potencial disponibilizado pelos autores aqui mencionados, e, sem desprezar contribuições de tantos outros, faço neste artigo a pré-avaliação dos efeitos da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, e da implantação das normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Lembro que se trata de uma pré-avaliação elaborada a partir de intercâmbio, cursos e palestras posteriores ao ano de 2000. Alerto que uma avaliação definitiva requer pesquisas complementares e oficialização metodológica, ausentes neste artigo. Portanto, não se trata, artigo no qual a avaliação dos temas seja considerada

“Minha predileção e opiniões atuais se dirigem para o reforço do controle social e sugiro ações que pratiquei no passado com bons resultados. Uma prática para envolver os fornecedores foi fazer com que a primeira via das notas de empenho fossem entregues no momento da encomenda efetiva de bens e serviços. Obviamente, adaptações diante de costumes e hábitos atuais serão fundamentais para ter impactos semelhantes.”

exaurida pelo autor. São apenas opiniões oriundas de pré-avaliação com algumas sugestões e críticas oriundas de experiências vivenciadas na área pública estatal.

Estou disposto e irei apontar cinco vantagens, comentando a quantidade possível pela extensão deste artigo. Aponto, em seguida, cinco desvantagens e faço sugestões para melhorias aplicáveis em pequenos Municípios. A predileção por este segmento, deve-se a representatividade de aproximadamente 90% dos componentes desta esfera governamental e de serem eles os receptores diretos das reclamações e da procura imediata por serviços e bens públicos estatais.

Restrito à dimensão econômica e aos registros formais de eventos patrimoniais socialmente reconhecidos e com foco para os Municípios, aponto como vantagens: 1) a cultura do balanço

intermediário; 2) a intenção de implantar contabilidade de custos no setor público estatal; 3) as metas fiscais associadas com diretrizes orçamentárias; 4) espaço para contabilizar os bens de uso comum do povo; 5) possibilidade de consolidação das contas públicas estatais das três esferas de governo.

Aponto, por outro lado, visando transferir para leitoras e leitores a dúvida e provocar reflexões, como desvantagens: a) centralização proposital das mudanças técnicas ao invés da democratização prevista na lei; b) equívocos na concepção de relatórios simplificados; c) lentidão e ineficácia na implantação de controle de custos; d) reprecidade no acesso aos dados e informações; e) fragilidades na percepção do sistema de fiscalização e controle (interno, externo e social).

O zelo pelo resultado primário, as ações pedagógicas para a responsabilidade nos prazos e conteúdo das prestações de contas e um mínimo de planejamento governamental parecem ter conquistado espaço no contexto e fincado alguns princípios. Poderiam, mas não serão tratados neste artigo, pelo foco escolhido e pela restrição dimensional colocada e explicada.

O segundo tema é o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que na sua primeira edição tinha outra denominação. Atualmente, está para sair a sexta edição. Nele aponto as seguintes vantagens: 1) padronização do plano de contas para as três esferas de governo; 2) renovação e atualização com divulgação antecipada para os operadores contábeis das três esferas de governo;





3) Gradualismo na encampação da convergência com as normas internacionais; 4) difusão gratuita aos usuários e acesso facilitado por terceirização; 5) diálogo aberto por audiências públicas a cada nova edição.

Como desvantagens aponto: a) ausência de sensibilidade para a continuidade estatística e modelos de conciliação; b) pouca percepção de dimensionalidades interferentes no planejamento governamental mantendo orçamentos irrealistas e sem denominador físico associado; c) fragilidade na estética e equívocos para modelos (bi colunar dentre outros) nos relatórios da Parte V e nos anexos; d) excesso de anexos e nos anexos RREO; e) timidez na assistência técnica a pequenos Municípios.

Voltando com a abordagem referente as vantagens da LRF e criticando a cultura do balanço intermediário entendo importante explicar o condicionamento à interpretações de balanços e análises somente no final do exercício financeiro, sem o hábito da revisão e correções. De fato, já estava bem adiantado o ano seguinte para que os seus resultados

fossem interpretados e analisados. Ao ter a obrigação elaborar a cada bimestre ou quadrimestre alguns balanços, relatórios e demonstrativos a contadora, o contador e outros gestores com algum conhecimento de gestão, podem rever objetivos e desempenho, a partir da parte já executada e com ajustes para o período restante do mesmo exercício financeiro.

Quando citamos a intenção de implantar contabilidade de custos no setor público estatal estamos alertando para a fragilidade e pouca eficácia da apuração de custos médios, tão ao gosto da comodidade estrutural. No livro que publicado na Editora Fórum de Belo Horizonte e em parceria com o Professor Doutor Orion Augusto Platt Netto, respaldado por simulação num pequeno Posto de Saúde, indicou-se uma metodologia no caminho de construir contabilidade voltada para o registro de custo unitário dos serviços identificados, até o nível das tarefas. Referida metodologia atrapalha possibilidades de superfaturamentos.

Dentre as desvantagens aponte a centralização proposital das mudanças técnicas ao invés da democratização prevista na lei e aqui não preciso repetir o que vinha justificando a cada palestra que proferia. Agora, numa publicação do Professor Valmor Slomski, catarinense e municipalista como nós, hoje na USP, assume na introdução do livro, editado em 2013, a crítica sobre a prepotência do artigo 50 da LRF sobre decisões colegiadas previstas no art. 67 da mesma norma legal. Sugiro revisão

de procedimentos, ainda que saiba das resistências diante da lentidão usual em obter decisões colegiadas.

No tocante aos equívocos na concepção de relatórios simplificados tem-se relatórios distantes dos interesses e da capacidade de leitura popular como se a técnica contábil do setor público estatal não devesse dar constante atenção aos níveis instrucionais e aos costumes da população em geral. Lembro, como explicitado em minha palestra no I Seminário Internacional de Contabilidade Pública, realizado em Brasília no ano de 2007, que tem-se, no Brasil, um enorme contingente de analfabetos funcionais. Sugiro gráficos e ida dupla para contatos locais e regionais semelhantes aos adotados na metodologia do orçamento participativo.

Ao comentar as fragilidades na percepção do sistema de fiscalização e controle (interno, externo e social) menciono que a credibilidade do controle externo, salvo raras exceções, e, apesar da dedicação e competência dos técnicos que atuam nos Tribunais de Contas fica ofuscada, como explico no Capítulo 7 do meu livro de auditoria governamental, pela ocupação das vagas de Conselheiros por políticos frustrados nas urnas ou querendo garantir boa aposentadoria e outros tipos lá mencionados. O controle interno é restrito no aspecto fiscalizador, embora tanto no outro livro entenda sua utilidade quando o sistema seja concebido e subdividido em diversos subsistemas, contando, portanto, com vários níveis de ação e intervenção, parecido com o recomendado pelo livro da autoria de José Osvaldo Glock, distribuído pela Editora Juruá de Curitiba.



Minha predileção e opiniões atuais se dirigem para o reforço do controle social e sugiro ações que pratiquei no passado com bons resultados. Uma prática para envolver os fornecedores foi fazer com que a primeira via das notas de empenho fossem entregues no momento da encomenda efetiva de bens e serviços. Obviamente, adaptações diante de costumes e hábitos atuais serão fundamentais para ter impactos semelhantes.

Para evitar os jeitinhos e arranjos as notas de empenho eram numeradas tipograficamente (a exemplo do que se faz com as notas fiscais das empresas). Cada sábado o Município e a população tinham contato com o jornal semanal e nele uma página trazia o rol dos empenhos emitidos. Para despertar interesse, além do valor envolvido acompanhavam dados físicos inerentes, permitindo as pessoas perceberem o custo unitário envolvido e especular acerca da adequação quantitativa e qualitativa. Óbvio que os superfaturamentos e os subfaturamentos eram percebidos até por pessoas sem formação completa no ensino básico, desde que atuantes no segmento de mercado do bem ou serviço afetado.

No tocante ao MCASP destaco como vantagem a renovação e atualização com divulgação antecipada para os operadores contábeis das três esferas de governo a demonstração de respeito técnico com os contadores e contadoras ao divulgar, com pelo menos seis meses antes

do início do exercício financeiro a nova edição, destacando as modificações para implementar no ano seguinte. Pena que para a sexta edição, ano de 2013 a aplicar em 2014, foi rompido o salutar compromisso. Opino que esta postura é didática e pedagogicamente merecedora de amplo estudo e posterior aplicação para as normas jurídicas em geral, exceto as que agridam as normativas conjunturais imediatas.

Lamento no MCASP a pouca percepção de dimensionalidades interferentes no planejamento governamental mantendo orçamentos irreais e sem denominador físico associado ocupando-se de tratar de orçar sob a ótica já de há muito ultrapassada de programas, funções e sub-funções, elementos da despesa como se ao efetuar classificação econômica, programática, funcional e depois distribuir organicamente na classificação institucional estivesse identificando a ação estatal real.

Tenho, didaticamente aplicado modelo técnico, em sintonia com docentes da área de Serviço Social, onde ao cadastrar demandas comunitárias, quer na forma de projeto ou na forma de atividade são incluídos impactos ecológicos, sociais, culturais, tecnológicos, demográficos, políticos, político-partidários e percebe-se o quanto as hipóteses de aditivos (comuns nos contratos de obras) seriam potencialmente reduzidos ou inviabilizados.



Por Flávio Cruz - Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor titular no Departamento de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Santa Catarina. Autor dos livros Auditoria Governamental (Atlas-SP) e Contabilidade e Movimentação Patrimonial do Setor Público (na Internet www.flaviodacruz.cse.ufsc.br). Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (cadeira 50), da Academia Catarinense de Ciências Contábeis (cadeira 09) e da Academia Santo-amarense de Letras (cadeira 16).



Mulher: Força, Sentimento e Arte



X Encontro Nacional da Mulher Contabilista

2015 Foz do Iguaçu - Paraná

Foz do Iguaçu,
destino do mundo:
Se o mundo
inteiro vem, venha
você também!



Idealização:



Organização:



Apoio:



www.encontromulher.com.br

Seminário Internacional

LIDERANÇA EM CONTABILIDADE E FINANÇAS



Agende-se! Março 2015

Mais informações: universityanderson.edu



“O Brasil é um caso de sucesso no processo de adoção das normas internacionais” Amaro Gomes

Por Maristela Giroto

No Brasil, as ações em direção à convergência das normas contábeis ao padrão internacional – International Financial Reporting Standards (IFRS) – vêm contando, desde o início, com o trabalho de Amaro Luiz de Oliveira Gomes. Até meados de 2009, o contador foi chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, de onde saiu para se tornar membro do International Accounting Standards Board (Iasb), representando a América do Sul no organismo internacional responsável pela elaboração e disseminação global do padrão IFRS.

Na entrevista a seguir, Amaro Gomes aborda questões atuais da convergência em âmbito mundial, fala sobre a evolução da contabilidade, destaca os pontos fortes e os desafios do processo brasileiro de implementação do IFRS e, entre outros

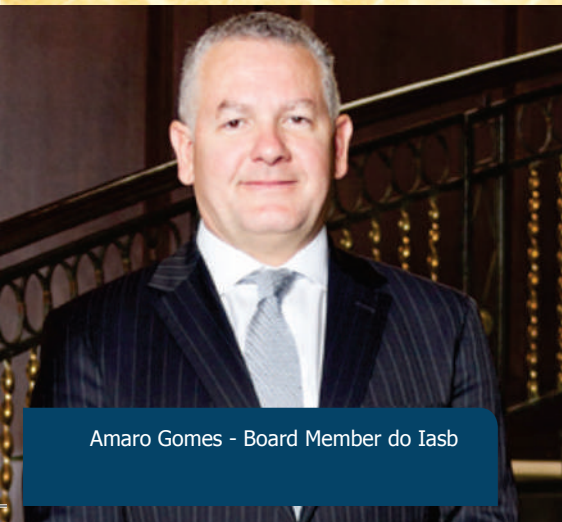
temas, dá sua opinião sobre o que é necessário para se tornar um profissional de sucesso.

1-Abracicon Saber: Durante esses cinco anos no Iasb, quais foram as normas de

divulgação de instrumentos financeiros, estabelecidos pela International Accounting Standard 39 (IAS 39), foram duramente criticados pela sua complexidade, demandando ações imediatas do International Accounting Standards Board para o aprimoramento dos critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. O Iasb introduziu uma abordagem mais lógica para a classificação desses instrumentos, dependendo agora, em parte, do modelo de negócios da entidade. Além disso, um dos aprimoramentos mais notáveis está na contabilidade de hedge. Não obstante a evolução nas práticas de hedge nas últimas décadas, os requisitos da IAS 39 não refletiam a realidade das organizações. Foram reavaliados também os requisitos de provisionamento para perdas com empréstimos, que eram baseados no modelo de perda incorrida, o qual foi criticado duramente por resultar no reconhecimento tardio e insuficiente das perdas. O novo modelo, de perda esperada, assume que, ao adquirir um ativo financeiro ou emprestar dinheiro, há sempre algum nível de expectativa de perda e requer a constituição de provisão. Além da norma aplicável aos instrumentos financeiros, a IFRS15, que trata do reconhecimento de receitas,

maior impacto na contabilidade mundial emitidas pelo International Accounting Standards Board?

Amaro Gomes: O cenário econômico global foi alterado significativamente desde 2008, quando eclodiu a crise financeira internacional e, no que diz respeito às normas internacionais de contabilidade (IFRS), os critérios de reconhecimento, mensuração e



Amaro Gomes - Board Member do Iasb

inova de maneira importante ao exigir a transferência do controle do bem ou serviço objeto do contrato de compra e venda como requisito fundamental para que a receita seja reconhecida. Algumas indústrias, como telefonia móvel e construção, têm agora que rever seus modelos e processos, de modo a observar os procedimentos estabelecidos.

É importante ressaltar que o Iasb trabalha continuamente para aprimorar as IFRS, o que é fundamental para manter o nível de qualidade exigido para padrões internacionais.

2-Abracicon Saber: Qual a sua avaliação sobre a evolução da contabilidade internacional nesses últimos cinco anos?

Amaro Gomes: O Iasb trabalha em estreita cooperação com as partes interessadas em todo o mundo, incluindo investidores, normatizadores contábeis, reguladores, auditores, acadêmicos e outras pessoas que têm interesse no desenvolvimento de padrões de qualidade globais. O progresso em direção ao objetivo do Iasb tem sido constante, sendo que mais de 120 países já adotam

“**Além da norma aplicável aos instrumentos financeiros, a IFRS15, que trata do reconhecimento de receitas, inova de maneira importante ao exigir a transferência do controle do bem ou serviço objeto do contrato de compra e venda como requisito fundamental para que a receita seja reconhecida. Algumas indústrias, como telefonia móvel e construção, têm agora que rever seus modelos e processos, de modo a observar os procedimentos estabelecidos.**”

ou tomaram a decisão de adotar as normas IFRS. Todas as grandes economias estabeleceram planejamento para convergir com as IFRS ou adotar no futuro próximo. Além disso, os esforços de convergência internacionais também são apoiados pelos líderes do Grupo dos 20 (G20), que reconhece a importância de se adotar normas contábeis internacionais.

Essa é uma dimensão da evolução recente das normas internacionais, relativamente a sua aceitação mundial. A outra é a dimensão técnica e, nesse aspecto, o avanço foi, em minha opinião, extremamente positivo nesse período. Temos novas normas para o tratamento das participações societárias (IFRS10, IFRS11 e IFRS12), critérios mais claros para o cálculo do

valor justo (IFRS13), além das já mencionadas IFRS9 (instrumentos financeiros) e IFRS15 (reconhecimento de receitas). As normas contam com o mais amplo esclarecimento quanto aos critérios observados pelo Iasb para a sua elaboração e buscam manter coerência entre os seus princípios básicos norteadores, como é o caso do princípio de controle, presente na IFRS10 e na IFRS15.

3- Abracicon Saber: Qual a sua opinião sobre os pontos fortes da contabilidade brasileira? E quais são os pontos que ainda representam desafios a serem superados?

Amaro Gomes: O Brasil é uma das mais importantes economias do mundo, e a adoção do IFRS foi um passo relevante no aprimoramento do ambiente de negócios do País. Com um modelo de convergência considerado um caso de sucesso, o Brasil se destaca por vários aspectos, principalmente o comprometimento do Governo Federal, dos empresários, dos contadores, auditores, da Academia, dos analistas, das bolsas de valores, das companhias abertas, dos reguladores e dos supervisores. Entre os pontos fortes, destaco a qualidade do profissional brasileiro, o esforço para a disseminação das IFRS e a atenção dada à capacitação e ao desenvolvimento profissional. Em termos técnicos, os desafios, em minha percepção, foram pequenos, principalmente quando comparados com outros países. Para mencionar algum, eu diria que o cálculo do valor justo e o valor recuperável parecem ser os mais relevantes.

4-Abracicon Saber: Na agenda do Iasb para os próximos meses, quais são os principais temas em discussão?

Amaro Gomes: Os projetos mais



importantes a serem finalizados tratam do arrendamento mercantil e dos contratos de seguros. São projetos longevos com os quais o IASB já investiu muitas horas de trabalho e esforço para avançar e aprimorar a literatura internacional. Minha expectativa é de que consigamos concluir esses projetos até o final de 2015. Adicionalmente, destaco o projeto de revisão da estrutura conceitual do Iasb, que envolve a atualização de conceitos e a conclusão da revisão iniciada há muitos anos, e o projeto de revisão da norma aplicável às pequenas e médias empresas (PMEs).

5-Abracicon Saber: Como você avalia o andamento do processo brasileiro de convergência às normas do Iasb?

Amaro Gomes: Como disse, o Brasil é um caso de sucesso no processo de adoção de normas internacionais de contabilidade. Entre as ações que considero fundamentais, destaco a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o compromisso de todos os segmentos interessados no

aprimoramento do arcabouço contábil do País. A eficiência do CPC em produzir todos os pronunciamentos necessários à elaboração de demonstrações contábeis, em 2010, de acordo com as IFRS, é um caso particular de dedicação e competência, conduzido por profissionais comprometidos com a missão de incorporar as IFRS, trabalhando intensamente, de maneira incansável.

Na fase presente, é fundamental incorporar os aprimoramentos recentemente aprovados pelo Iasb, a exemplo dos relativos a instrumentos financeiros, para que os benefícios obtidos com a adoção das IFRS sejam mantidos. Esse é um trabalho que, se não é priorizado, joga por terra todo o esforço passado.

6-Abracicon Saber: Você acredita que hoje as normas de contabilidade e de auditoria são capazes de auxiliar, de forma mais eficiente, na prevenção de novas crises financeiras mundiais, como a de 2008?

Amaro Gomes: A crise não foi

decorrente dos procedimentos contábeis. É importante lembrar isso. Já existem inúmeros estudos avaliando as origens e causas da crise iniciada em 2008 e, no que respeita à contabilidade, as recomendações são no sentido de aprimorar e reduzir a complexidade, o que é esperado quando se avalia criticamente situações de estresse intenso como o ocorrido. O Iasb deu atenção especial à revisão da IAS 39, que trata de instrumentos financeiros, culminando com a edição do IFRS9. Implementados corretamente os preceitos do IFRS9, a expectativa é de que surpresas serão menos frequentes, pois ficará mais claro o nível de exposição aos riscos, com o reconhecimento mais tempestivo dos efeitos relevantes.

7-Abracicon Saber: Contador de sucesso, com carreira em uma entidade de âmbito mundial, que recado você gostaria de dar aos estudantes de Ciências Contábeis e aos profissionais que estão começando agora na área?

Amaro Gomes: As oportunidades surgem de maneira inesperada e temos que estar prontos para abraçá-las. Estar preparado é fundamental e, para isso, somente com muito estudo, dedicação e comprometimento. Não há receita mágica. É a máxima de sempre: estudar, acompanhar a evolução das IFRS e envolver-se com os temas relevantes para a profissão.





PERFIL

Antoninho Marmo Trevisan

Por Michelle Telino – CQPress Assessoria em Comunicação

Antoninho Marmo Trevisan nasceu em São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, conhecida como “polo tecnológico”, já que recebeu investimentos nas áreas da saúde, bioenergia, biotecnologia e tecnologia da informação.

Iniciou os estudos no Colégio Estadual Professor Jacomo Stavale (SP), começou o curso Técnico de Contabilidade, aos 16 anos, no Colégio Campos Salles (1965) e o superior, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1973).

“Devo o meu gosto pela contabilidade ao meu primeiro e inesquecível chefe, contador Celso Garcia Meira da Costa, em 1963. Disciplinado, criativo, apreciador de arte, música e bons restaurantes. Eu era o office boy e ele o chefe do escritório (professor, colega, líder, familiar...)” contou Antoninho, sobre quem o motivou na escolha das Ciências Contábeis para seguir carreira.

Trevisan fundou e presidiu o Comitê Gestor da ONG Ação Fome Zero, foi cofundador do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e da Associação Alfasol de Alfabetização Solidária. Foi conselheiro, dentre outras, da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD); da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; da Fundação Dorina Nowill para Cegos; da Fundação Itaú Social e da Amcham – Câmara Americana de Comércio.

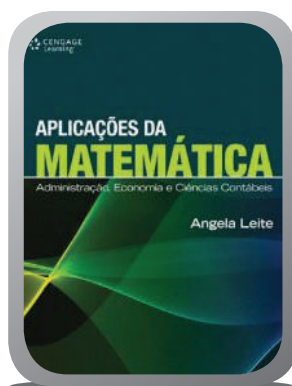
Para o contador, a contabilidade brasileira deu saltos a cada 30 anos. Desde a década de 1940. Mas a grande evolução se deu com a abertura de capital das empresas brasileiras, na década de 1970. “O interesse pelo mercado de capitais e o estímulo à poupança privada despertou o interesse pela qualidade da informação contábil. E o mais recente grande salto se deu a partir do Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Gramado. Pela primeira vez em mais de 70 anos, um presidente da república,

neste caso, Luiz Inácio Lula da Silva, prestigiou o encontro de mais de seis mil profissionais da contabilidade” relata Antoninho.

Perfil - Ele é consultor, empresário, presidente da Trevisan Escola de Negócios e da Trevisan Editora. Fundou em 1983 a Trevisan Auditores e Trevisan Outsourcing, onde foi presidente por 26 anos. Atualmente é membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon); da Academia Paulista de Contabilidade (APC); conselheiro atuante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES); membro do conselho do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); do Movimento Brasil Competitivo e membro do Conselho Superior de Estudos Avançados (MBC) – CONSEA da Fiesp. Já escreveu livros como o “Empresários do Futuro” e os livretos “Como Entender Balanços” e “Como Participar do Mercado de Capitais”.



Professor José Antônio de França é contador, economista, doutor em Ciências Contábeis, professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB, empresário contábil e presidente da Academia de Ciências Contábeis do Distrito Federal (ACICONDF).



Aplicações da Matemática: Administração, Economia e Ciências Contábeis

Editora: CENGAGE Learning
Ano: 2012
Autores: Angela Leite

Essa é uma obra que permite ao contador ter uma visão prática da aplicação da matemática à contabilidade, sob o ponto de vista do cálculo. A obra é composta por 12 capítulos, distribuídos

em 496 páginas, e está escrita em uma linguagem acessível. Dos 12 capítulos, os três iniciais trazem interessantes contribuições para entendimento do equilíbrio de mercado, de funções custo, receita e lucro, e dos sistemas de capitalização.

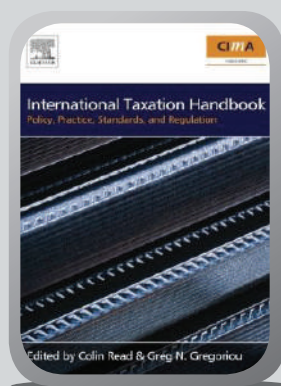
O capítulo 1 traz conceitos de oferta, demanda e ponto de equilíbrio de mercado, com exercícios e aplicações gráficas. Esse capítulo, ainda que pareça ter aplicação restrita a economia, aplica-se tanto a atividade acadêmica da contabilidade quanto a atividade de mercado, preenchendo uma necessidade atual de aplicação alguma IFRS.

O capítulo 2 atende integralmente à necessidade de um contador acadêmico e de mercado, pois encontra-se estruturado dentro das funções da contabilidade conhecidas como custo, lucro e volume. Sob o conceito do cálculo de variações são abordadas (a) função receita, (b) função custo; (c) função lucro; (d) função margem de contribuição; e (e) função margem de segurança. A exploração desses conceitos relacionados com a prática trazem significativa contribuição para enriquecer o conhecimento do contador.

O capítulo 3 se destaca pela forma como aborda os sistemas de capitalização simples e composto. A forma de citação é um dos pontos relevantes do capítulo combinada com visões gráficas e aplicação com uso de logaritmo.

Do capítulo 4 em diante, a aplicação está mais voltada ao campo da economia, considerando que o cálculo diferencial é o instrumento utilizado e que pode não estar democratizado no campo de conhecimento recorrente do Contador.

Em resumo, essa obra vem ao encontro de exigências atuais da contabilidade no atendimento de vários requerimentos, como por exemplo, o de estimativa confiável, que deve ser satisfeito com uso do cálculo ou de estimativas pontuais.



International Taxation Handbook

Editora: Elsevier
Ano: 2007
Autor: Read, Colin & Gregoriou, Gred N.

Essa obra é uma compilação de algumas práticas tributárias de vários países, afortunadamente elaborada pelos articulistas que subscrevem cada capítulo. Ainda que não

tenha sido atualizada para uma segunda edição, seu conteúdo é extremamente rico para os dias atuais, considerando que um sistema tributário, como um todo, tem vida longa, e aspectos pontuais que tenham sido modificados não descaracterizam-no ao ponto de uma ruptura.

A obra está estruturada em 15 capítulos com 369 páginas e apresenta contribuições sobre a tributação em economias asiática, europeia, sul-americana e norte-americana, relativas a espécies distintas de tributo, como por exemplo, sobre o preço de transferência, sobre o lucro e sobre o consumo.

O capítulo 9, um dos que trata da tributação na União Europeia, apresenta um cenário de cortes nas alíquotas de tributos em vários países, mostrando redução de até 27% no período de 1995 a 2005.

O capítulo 11 traz análise global de investigação sobre taxas de miséria, de felicidade, de tributação de pessoas jurídicas e de pessoas físicas de países europeus, asiáticos, sul americanos, e norte americano.

Por fim, os capítulos 14 e 15 tratam de tributação no Brasil. O capítulo 14 é de autoria de professores da Universidade de Brasília – UnB e aborda temas relacionados à tributação do juro sobre o capital próprio – JCP, tributação do agronegócio e incidência não-cumulativa de contribuições proporcionais. O capítulo 15 é de auditoria professores da Universidade de São Paulo – USP e aborda temas relacionados ao equilíbrio competitivo e implicações da tributação sobre pesquisa contábil em mercados emergentes.

TOTAL Smart

S O L U Ç Õ E S



SOLUÇÕES EM SOFTWARES COMPLETAS, ABRANGENTES E FÁCEIS DE USAR

As **Soluções TotalSmart** da Mastermaq foram pensadas para tornar o trabalho da organização contábil mais simples, eficaz e aproximá-la de seus clientes.

Conheça os benefícios de ser cliente das nossas soluções:

- ↳ **Atendimento à legislação**
- ↳ **Integração com os aspectos da operação e gestão**
- ↳ **Simplifica o contato entre organizações e seus clientes**
- ↳ **Opções diferenciadas de acesso ao suporte**
- ↳ **Rápida implantação e treinamento**

Soluções TotalSmart, tudo que sua empresa precisa para crescer a um preço acessível.

CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES:

0800 941 7500 | www.mastermaq.com.br/totalsmart



Contador,

Já é hora de se livrar dos lembretes.
Gerencie agora mesmo
as obrigações no **Fortes Gestão**.

Gratuito para clientes Fortes



CONHEÇA ESTES E OUTROS SISTEMAS



Fortes Contábil



Fortes Pessoal



Fortes Fiscal



Fortes Financeiro



Fortes Gestão



Fortes Patrimônio



/fortesinformatica



@fortesinfo



/fortesinformatica

(61)3242.4074

www.fortesinformatica.com.br

Seja um franqueado Fortes: franquia@fortesinformatica.com.br

Uma empresa do Grupo Fortes. Mais de 25 anos de inovação - www.grupofortes.com.br